



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 126

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B/65 na Câmara e nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Materia a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§ 6º, 6º e 7º do art. 60 (totalidade).
4	§ 2º do art. 56 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
	Do § 1º do art. 64 a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

SESSÃO CONJUNTA

Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara e nº 163/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Materia a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 926-E/65 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de correio de seguros (veto parcial);

- 2º — Ao Projeto de Lei nº 217-B/65, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
 3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 279/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n°	Veto	Materia a que se refere
1	1º	Primeiro voto Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "em escola".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 1º as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
4	2º	Segundo voto Totalidade do projeto.
5	3º	Terceiro voto Art. 2º (totalidade).

Convocação de sessão conjunta para apreciação de voto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

- ao Projeto de Lei nº 288-B/63 na Câmara e nº 233/64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;
- ao Projeto de Lei nº 2.839-B/65 na Câmara e nº 125/65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 3, 4, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965**Dia 8 de setembro, às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e da outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 382-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.694-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de Julho de 1961, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 3.107-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado que da nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.828, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — voto parcial;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e da outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médica-hospitalar (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.840-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial).

Designação de sessão conjunta para apreciação de voto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do voto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63, no Senado), que regula as atividades do representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

CONVOCACAO DE SESSAO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 10 do mês em curso, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

CONVOCACAO DE SESSAO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 do mês em curso, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Alteza o Grão-Duque de Luxemburgo.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRACHIEF DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVESCHIEF DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 50,

Ano Cr\$ 96

Exterior

Ano Cr\$ 136,

FUNCIONARIOS**Capital e Interior**

Semestre Cr\$ 39,

Ano Cr\$ 76,

Exterior

Ano Cr\$ 108;

— Excluídas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitámos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

SENADO FEDERAL**ATA DA 135ª SESSÃO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1965****3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura****PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA**

As 14 horas e 30 minutos acaba-se presentes os Srs. Senadores:

Arthur Virgílio
Pedro Carneiro
Menezes Pimentel
Ermírio de Moraes
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Benedicto Valadare
Nogueira da Gama
Atílio Fontana
Guido Mondim
Mem de Sá — (12)

Costa Pinto Dantas Júnior para o Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE);

Nº 356 (número de origem 665) — referente à escolha do Diplomata José Jobim para as funções de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Jamaica;

Nº 357 (número de origem 666-65) — referente à escolha do Sr. Moacir de Araújo Pereira para o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

II — De agradecimento da remessa de autógrafos de Decretos Legislativos promulgados:

Nº 358-65 (número de origem ... 667-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 77-65;

Nº 359-65 (número de origem ... 668-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 78-65;

Nº 360-65 (número de origem ... 669-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 79-65;

Nº 361-65 (número de origem ... 670-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 80-65;

Nº 362-65 (número de origem ... 671-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 81-65;

Nº 363-65 (número de origem ... 672-65) — com referência ao Decreto Legislativo nº 82-65.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa e comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE:**MIENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE 1º DE SETEMBRO DE 1965:**

I — De agradecimento de comunicações relativas à aprovação de nomes para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado;

Nº 355 (número de origem 664) — referente à escolha do Sr. João da

III — De agradecimento de comunicações referentes à aprovação de vetos presidenciais:

Nº 361-65 (número de origem 673) — voto ao Projeto de Lei que disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste;

Nº 365-65 (número de origem ... 674-65) — voto ao Projeto de Lei que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal;

Nº 366-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais;

Nº 367-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e de consumo devidos aos Municípios;

Nº 368-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que dispõe sobre a legitimação adotiva;

Nº 369-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que estabelece condições mínimas de conforto àqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais;

Nº 370-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores;

Nº 371-65 (número de origem ...) — veto ao projeto que dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recalam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e da outras providências;

Nº 372-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que altera dispositivos do Decreto número 4.014, de 23 de janeiro de 1942, que regulamenta a profissão de despachante aduaneiro;

Nº 373-65 (número de origem ...) — veto ao projeto de lei que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil (de 31 de agosto):

Ofício nº 378-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 378-65, do Sr. Senador Raul Giuberti;

Ofício nº 380-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 418-65, do Sr. Senador Vasconcellos Tórres;

Ofício nº 392-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 390-65;

Ofício nº 399-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 432-65;

Ofício nº 400-65 — SAP — com referência ao Requerimento nº 404-65.

II — Do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso nº AP-138, de 1º de setembro, com referência ao Requerimento número 317-65.

III — Do Sr. Ministro das Relações Exteriores:

Aviso DAM-DTC-SRC-36-577 (31), de 2 de setembro, com referência ao Requerimento nº 504-65.

IV — Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso B-327, de 3 de setembro, com referência ao Requerimento nº 347-65.

PARECERES PARECER

Nº 1.071, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 163, de 1965, (nº 3.028-B-65 — na Câmara), que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar obrigatória a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários em todo o território nacional.

Congresso Nacional com a Mensagem nº 482-65, a proposição visa a atualizar a legislação atinente à espécie, todavia, como bem se ressalta na Exposição de Motivos, desatualizada, já pelo decurso do tempo, já pelo extraordinário progresso verificado nesse tão importante setor de atividade.

Determina o projeto que a aplicação dos novos dispositivos estará a cargo do Departamento de Defesa e Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, que, fica, igualmente, incumbido de especificar e caracterizar os produtos químicos, as preparações e as matérias primas de composição de defensivos de uso na lavoura, para os efeitos desta lei e de outros dispositivos legais relacionados com importação, exportação, fabricação, manipulação, venda e uso de tais produtos no país.

Com a regulamentação e demais medidas complementares que o Poder Executivo baixará, fica o Ministério da Agricultura, por seus órgãos específicos, capacitado a aplicar com eficiência as normas de fiscalização adotadas no Projeto, com evidente benefício para a nossa agricultura.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — José Ermírio, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Daniel Krieger. — Edmundo Levi. — Aurélio Viana. — Mem de Sá. — José Guiomard.

PARECERES

Nº 1072 e 1073, de 1965

PARECER Nº 1.072, DE 1965
Da Comissão de Projeto do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, da Câmara), que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviço público, o empréstimo de madeiras preservadas e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes.

Com base no artigo 4º, caput do Ato Institucional, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que fundamenta na exposição de motivos apresentada pelo Senhor Ministro da Agricultura.

O Projeto tramitou regularmente pela Câmara dos Deputados tendo sido aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça, com substitutivo; pela Comissão de Transportes e Comunicações e Obras Públicas, com subemendas; e pela Comissão de Agricultura e Política Rural, com emenda.

Trata-se, realmente, de medida do maior alcance, tornando obrigatório o tratamento da madeira destinada nos serviços de transporte ferroviário e rodoviário, serviços telegráficos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade. Esse tratamento, aliás, há vários anos vem sendo executado em São Paulo pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Da mesma forma está agindo a Companhia Vale do Rio Doce, cujos estudos a respeito são os melhores já realizados no país.

A medida representará fator preponderante em nosso trabalho de reflorestamento, pois aumentará a longevidade das madeiras, notadamente no que diz respeito à dormientes e postes, cuja deterioração é acelerada pelo permanente contato com o solo e exposição ao ar livre.

Temos conhecimento da existência de madeiras tratadas que já estão durando cerca de 20 (vinte) anos, quando de outra forma sua longevidade não ultrapassaria 6 (seis) anos.

Nosso parecer, pois, é pela aprovação do Projeto, conforme a redação final da Câmara dos Deputados, que acertadamente aprimorou a iniciativa do Poder Executivo, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1 — C.P.E.

Ao Art. 1º — Suprimam-se as palavras:

"e principalmente as"

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — Mem de Sá, no exercício eventual da Presidência. — Ermírio de Moraes, Relator. — Wilson Gonçalves. — Aurélio Viana. — José Guiomard. — Edmundo Levi.

PARECER Nº 1.073, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, na Casa de origem), que torna obrigatória, pelas empresas concessionárias de serviço público, o empréstimo de madeiras preservadas e dá outras providências.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

Pelo presente projeto (art. 1º) passa a ser de uso obrigatório em todo o território nacional, em serviços de utilidade pública explorados por empresas estatais, paraestatais e privadas, e principalmente se destinados a serviços ferroviários e rodoviários, serviços telegráficos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade, o empréstimo de madeiras preservadas, especialmente preparadas e trabalhadas para esse fim.

Madeira preservada (art. 2º) é aquela tratada com substâncias químicas que assegurem satisfatória conservação das peças, máxime quando em contacto com o solo ou sob condições que contribuem para a diminuição de sua durabilidade.

A importação de matérias primas ou preparados de empréstimo específico na preservação das madeiras, aplicam-se (art. 3º) os dispositivos do art. 4º e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957. Os produtos ou preparados, de uso na preservação das madeiras, serão indicados pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, devendo a importação dos mesmos fazer-se na forma das Instruções baixadas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Para cumprimento de seus misteres, inclusive a fiscalização da lei e aplicação de sanções, o Departamento de Recursos Naturais será devidamente aparelhado (arts. 4º e 5º).

A matéria deverá ser regulada pelo Poder Executivo (art. 6º), no prazo de noventa dias.

II — A Proposição decorre de Mensagem do Executivo e está convenientemente justificada pela Exposição de Motivos que a acompanha, do Senhor Ministro da Agricultura.

III — As medidas consubstanciadas no projeto parecem-nos de largo alcance econômico, pois visam a assegurar maior longevidade às madeiras, especialmente quando utilizadas em serviços como os de transportes, comunicação e fornecimento de energia.

Valem, assim, essas medidas, como providências complementares da campanha de reflorestamento, tão necessária ao Brasil, pois a preservação da madeira é uma maneira de dilatar o seu tempo de utilização, e, nesse interregno, as reservas florestais são poupadadas.

IV — O projeto governamental, sobretudo após as alterações que sofreu na Câmara dos Deputados, atinge os objetivos que teve em mira, e, assim entendendo, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1965. — José Ermírio, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Atílio Fontana — Oscar Passos — Eugênio Barros — Adolfo Franco — Aurélio Viana, com restrições — Mem de Sá — Sigefredo Pacheco.

PARECER

Nº 1.074, de 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965 (nº 3.034-B-65 — Câmara), que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.

Relator: Sr. José Guiomard.

O Projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de Mensagem do Executivo ao Congresso e tem por escopo modificar o Decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1937, a fim de determinar sejam compulsoriamente ouvidas as autoridades florestais sobre plantas e planos de loteamento quando se tratar de área florestada.

Ao justificar a alteração preconizada, ressalta a exposição de motivos que acompanha o projeto, verbis:

"Tal projeto tem em vista proporcionar às autoridades competentes meios necessários à proteção das florestas nacionais, especialmente no que se refere aos atentados contra os aspectos paisagísticos das nossas cidades, prejudicadas pela devastação da moldura vegetal das encostas de morros que dão um toque pitoresco nos centros urbanos e seus arredores".

Visa, assim, a proposição a preservar as nossas reservas florestais, com manutenção de áreas verdes, indispensáveis ao bem estar e à beleza paisagística de nossas urbes.

Diante do exposto e tendo em vista a manifesta conveniência do projeto, esta Comissão opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. — José Ermírio, Presidente. — José Guiomard, Relator. — Mem de Sá — Aurélio Viana — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves.

PARECER

Nº 1.075, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 203-B-65, na Casa de origem).

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 203-B-65, na Casa de origem), que determina o registro do Convenio nº 01-64-53 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1965. — Joséphat Marinho, Presidente. — Heribaldo Vieira, Relator. — Edmundo Levi — Menezes Pimentel.

ANEXO AO PARECER Nº 1.075-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1965 (nº 208-B de 1965, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Determina o registro do Convênio nº 01-64-69 celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Tribunal de Contas da União registrará o Convênio número 01-64-69, celebrado, em 30 de março de 1964, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudeste do País e a Sociedade Educadora e Beneficente do Sul com sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, mantenedora da Escola São Carlos, de Santa Vitória do Palmar, no mesmo Estado.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECERES

Nº 1.076 e 1.077, de 1965

PARECER Nº 1.076, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo ao projeto de lei da Câmara número 168, de 1965 (nº 3.031-L-00).
— Câmaras, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

Relator: Sr. Mem de Sá

Com a mensagem do Sr. Presidente da República, datada de 4 de agosto, o projeto em exame visava, originalmente, a conceder as isenções fiscais enumeradas na ementa aos materiais, bens e equipamentos, acessórios, importados pelo Banco do Estado da Guanabara.

Justificava o pedido, formulado pelo Governador daquele Estado ao Ministro da Fazenda, a grande expansão daquele estabelecimento oficial de crédito e a necessidade de importar materiais e equipamentos para seus serviços e agências.

O prazo da concessão é de dois anos, fixando o artigo 2º do projeto que o benefício se não estende a material com similar nacional.

Consoante o artigo 3º a isenção abrange os materiais já importados pelo Banco mencionado, inclusive os já despachados nas repartições aduaneiras, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Em sua exposição de motivos, o Sr. Ministro da Fazenda fundamenta a proposição no interesse da população e da economia do Estado.

Na Câmara dos Deputados, sua Comissão de Constituição e Justiça propôs emenda, finalmente aprovada pelo Plenário, segundo a qual o favor é ampliado a todos os bancos estaduais.

Esta Comissão dá parecer favorável ao projeto, apresentando-lhe a se-

guinte emenda, que tem por fim lhe dar redação mais precisa:

Emenda nº 1 CPE

Ao Art. 1º. Onde se diz: "pelos bancos estaduais, para uso próprio" — Diga-se: "pelos bancos oficiais dos Estados, inclusive os constituídos sob a forma de sociedade de economia mista de que os Estados detêm a maioria das ações ordinárias, para uso próprio".

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965 — José Ermírio, Presidente — Mem de Sá — Relator — Aurélio Viana — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves — José Guimard — Daniel Krieger.

PARECER Nº 1.077, DE 1965

Da Comissão de Finanças ao projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965 (na Câmara nº 3.037-B), que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

O projeto, originário de Mensagem do Poder Executivo, concede isenção pelo prazo de dois (2) anos, dos impostos de importação e de consumo, e de taxas, a materiais importados, para uso próprio, pelos bancos estaduais. Originariamente, o Poder Executivo indicava a isenção apenas para o Banco do Estado da Guanabara. Na Câmara dos Deputados, mediante emenda, a medida tornou-se de ordem geral, extensiva a todos os bancos oficiais, estaduais.

A isenção não abrange os materiais que tenham similar nacional; alcançar, porém, as importações liberadas mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Do ângulo da competência desta Comissão de Finanças, a proposição merece ser acolhida; sobretudo com a modificação introduzida pela Câmara dos Deputados, uma vez que não só a isenção é regra geral para importações ou outros atos dos governos estaduais sobre os quais possam incidir tributos da União, como, também, no caso de estender-se a medida a bancos oficiais, devemos estendê-la a todos, de todos os Estados da Federação.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina pela aprovação do PLC nº 168, de 1965.

Sala das Comissões, em 1 de setembro de 1965. — José Ermírio, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Mem de Sá — Aurélio Viana, vencido — Adolpho Franco, vencido — Eugênio Barros — Sigefredo Pacheco — Oscar Passos, vencido — Atílio Fontana.

PARECER

Nº 1.078, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963, na Casa de origem).

Relator: Sr. Heribaldo Vieira

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A-63, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1965. — Josaphat Marinho, Presidente — Heribaldo Vieira, Relator — Edmundo Levi — Menezes Pinatel.

ANEXO AO PARECER Nº 1.078-65

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1964 (nº 51-A, de 1963, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº DE 1965

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo de contrato celebrado, em 28 de setembro de 1954, entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' mantido o ato do Tribunal de Contas, de 19 de novembro de 1954, denegatório de registro ao termo de contrato, de 28 de setembro de 1954, celebrado entre a 6ª Região Militar, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e a firma individual Engenheiro Civil Clodoaldo Vieira Passos, para a construção de grupos de casas na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está fina-
da a leitura do expediente. (Pausa).
Sobre a mesa requerimento que vai
ser lido.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 617, de 1965

A Comissão Especial criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação de matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais," requer nos termos do art. 145, item I, letra "a", do Regimento Interno, seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, a fim de, perante a Comissão, ser ouvido sobre assuntos de interesse deste órgão técnico relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais nacionais.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1965. — Senador Sigefredo Pacheco, Presidente — Senador Heribaldo Vieira, Vice-Presidente — Senador José Ermírio, Relator e Senador Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento lido vai à publicação. Posteriormente, será incluído na Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a FAO, órgão com sede em Roma, subordinado à ONU, que tem como finalidade precípua estudar o problema mundial da alimentação, da produção de gêneros alimentícios, enunciou recentemente aquela Organização mundial um relatório sobre o resultado dos estudos feitos sobre a população mundial, suas condições de alimentação e as previsões para as futuras produções de gêneros alimentícios. Lamentavelmente, entre

os países em que a situação prevista não é nada boa, está o Brasil.

O Jornal "Correio Brasiliense" do dia 1º do corrente publica um artigo sobre o relatório da FAO, com o seguinte cabecalho:

"O Brasil é país marcado para a catástrofe da fome em grande escala".

Um tópico do relatório diz:

"Os fatos de maior destaque nos estudos são:

I — Até 1980 cerca de mais de um bilhão de pessoas" exigirão alimentos, nos países subdesenvolvidos;

II — Na América do Sul, o Brasil poderá apresentar panorama de fome muito superior ao da Índia, nos dias atuais, se na próxima década as grandes áreas no País não forem racionalmente aproveitadas para plantio, em grande escala, de culturas tropicais e subtropicais de alto valor alimentício.

E mais adiante diz ainda o relatório:

"Na América Latina, só no Brasil, Peru, Colômbia e Equador, o caso foi mais grave nesse período. A população registrou um índice de aumento de 2,3% enquanto que a produção alimentícia caiu em 6%".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, reiteradamente, da tribuna desta Casa, nos temos pronunciado a respeito do problema da produção agropecuária. Não poderíamos, portanto, deixar de levar em consideração o relatório da FAO, prevendo para o futuro da nossa Pátria, dias bastante sombrios. Essa previsão deve servir de advertência ainda que para daqui a 15 ou 20 anos. As gerações atuais não podem deixar de tomar providências para que as do futuro não venham a encontrar o país em condições tão precárias quanto as que prevê a FAO.

A verdade é que, no Brasil, muda Governo mas a produção agropecuária continua a mesma. Ainda recentemente, a imprensa americana comentava que a "Aliança para o Progresso" tem contribuído, especialmente no Nordeste brasileiro, para melhor industrialização da região, mas que a zona rural — agricultura e pecuária — continua à mercê de melhoramentos. Assistimos raramente, portanto, quando insistimos em que nosso desenvolvimento rural continua lento, podíamos até dizer que pouco ou nada se tem feito.

O Governo tem sua atenção sempre voltada para os centros urbanos, especialmente procurando manter o abastecimento de gêneros alimentícios a preço baixo.

Enquanto o Governo envida todos os esforços em manter essa política de proteção aos centros urbanos o nosso agricultor se vê na contingência de pagar cada vez mais por tudo que necessita para o desempenho de suas atividades, para seu sustento.

Paralelamente a essa situação, verificamos que as dotações orçamentárias do Ministério da Agricultura são reduzidas. Para o corrente ano essa dotação atinge a cifra de Cr\$ 175.120.700.000, que representam, apenas, 1/26 do Orçamento da República.

Sabemos que o Ministério da Agricultura necessita de maiores recursos para poder desenvolver, com eficiência, sua ajuda à agricultura mediante, por exemplo, a formação de um quadro técnico de elevado padrão que forneça aos nossos agricultores os ensinamentos aprendidos nas escolas especi-

elizadas, como também os orientaria no particular, quanto ao problema dos elementos de qualidade, do uso de fertilizantes, etc.

Nossas terras estão esgotadas, canadas. Terras virgens, de boa qualidade para a agricultura, há poucas, e o lavrador, sem recursos da técnica, sem sementes selecionadas nem adubos a preços acessíveis, não consegue fazer sua lavoura produzir satisfatoriamente. Com a baixa produtividade dos campos, eleva-se o custo e o Governo pressiona no sentido de não se aumentar o preço dos gêneros alimentícios. Não deixa de ser uma atitude muita digna, louvável, mas para manter a estabilidade dos preços dos gêneros alimentícios é preciso amparar o homem que cultiva a terra, prestando-lhe toda a assistência, a fim que produza a baixo preço.

O nosso lavrador, em geral, não tem possibilidade de produzir a baixo custo. Têmos experiência nesse sentido. Em Santa Catarina, quando o lavrador é assistido, recebendo boas sementes, bons animais, reprodutores consegue realmente melhores safras.

Então o custo médio é mais baixo. Constatamos, tanto na Europa como nos Estados Unidos, que, por área de terra, há uma colheita maior que o triplo das nossas lavouras. Os nossos lavradores colhem pouco e, portanto, o produto custa caro. Além disso, há o desestímulo e, principalmente, a fuga de jovens filhos de agricultores à procura dos centros urbanos, onde estão mais amparados e têm padrão de vida melhor que na zona rural.

Poderíamos desenvolver muito, no nosso País, como tendo muitas veras, a pecuária. O Brasil tem as melhores condições possíveis para se tornar um grande produtor de carne, para suprir os mercados internacionais, mas, nesse setor, o Governo não tem adotado uma política sensata, que é politicamente bem orientada. Ainda há pouco, tivemos notícia de contrabando de gado de Mato Grosso para o Paraguai e, certamente, no final, esse gado atingirá frigoríficos da Argentina, de onde será exportado. Enquanto isso, o Governo, através da SUNAB pratica que o pecuarista continue entregando o seu rebanho a um preço baixo. Daí a saída de nosso gado para os países vizinhos.

Ainda há pouco, em São Paulo, se verificou a concordata de quatro frigoríficos, que, na verdade, eram dirigidos por homens que não têm aquela moral por anegócios; elementos que já haviam falido em tempos passados, que, enfim, não deveriam merecer o apoio do Governo. Constatamos, entretanto, que o Banco do Brasil é credor de uma grande soma dessa concordata.

Em resposta a requerimento que encaminhamos à Mesa do Senado, com referência a essas concordatas, recebemos o seguinte ofício:

"Montam a Cr\$ 1.858 milhões as dívidas das empresas do chamado Grupo Fialdini (Matadouro Industrial Minerva S.A., de Barretos, Frigorífico São Carlos do Pinhal S. A., de São Carlos, Frigorífico T. Maia S.A., de Araçatuba, e Frigorífico Cruzeiro S. A., de Cruzeiro) para com este Banco, todas com garantias consideradas suficientes".

"Não concedemos nem a qualquer estudo visando a concessão de financiamento deste banco aos mencionados frigoríficos. Temos conhecimento de que o Frigorífico São Carlos do Pinhal, há cerca de 10 anos, foi requerente de concordata, sendo o pedido sustado posteriormente com a liquidação dos débitos e também é de nosso conhecimento que o Sr. Sérgio Fialdini sofreu falência há mais de 27 anos.

Portanto, são elementos que já têm um passado que não poderia recomendar-las e, mesmo assim, conseguiram empréstimo volumoso que outras organizações com melhor tradição e idoneidade moral não obtiveram.

O SR. GUIDO MONDIN — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O SR. GUIDO MONDIN — Recuando, ligeiramente, na exposição que V. Exa. faz à Casa, ressalto que o problema da reforma agrária, no Brasil, existia. Para sua solução, seriam necessárias duas iniciativas: a reforma da Constituição e a votação do instituto agrário. Isto foi feito e o problema está resolvido.

O SR. ATILIO FONTANA — Não sei se comprehendi bem o aparte de V. Exa.

O SR. GUIDO MONDIN — Não dá para entender, nobre Senador Atílio Fontana, porque nos desespera, precisamente, saber que tudo aquilo que se reclamava e se suscitava para solução do imenso problema, foi concedido apesar de continuarmos muito mais parados do que antes.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato pela colaboração de V. Exa. Realmente, não estamos vislumbrando qualquer melhoria da situação.

O SR. GUIDO MONDIN — Assisti à inauguração de um grande comitamento, qual seja a exposição de gado realizada, em Porto Alegre, recentemente. Ali, o Sr. Ministro da Agricultura proferiu um discurso no qual anunciaría uma série de realizações que, no fundo, nada mais são do que a execução de um programa de rotina que tem caracterizado ao longo de sua vida, a ação do Ministério da Agricultura. Nada mais. Nada de inovação, nada de novo, nada no sentido de fazer sentir que procedemos àquela reforma que era — e é — clamadíssima, ainda mais depois dos dados da FAO que V. Exa. acaba de ler, anunciamos um futuro próximo de verdadeira desgraça para o Brasil.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço muito o aparte do nobre Senador Guido Mondin porque é uma colaboração valiosa ao meu discurso.

Realmente, o Ministério da Agricultura continua como nos anos passados e pouco ou nada se pode esperar do modo por que está sendo conduzido o problema. Pior ainda, os quatro frigoríficos requereram concordata preventiva. Posteriormente, foi decretada a intervenção e a SUNAB tomou conta dos estabelecimentos. Dissemos, desta tribuna, na ocasião, que a orientação traria maiores perturbações e prejuízos, porque o dinheiro que o Governo confiscou da exportação de carne neste ano, da ordem de 25 a 30%, empregado no funcionamento dos frigoríficos — dirigidos, apenas, por dois interventores, em geral honestos mas faltando-lhes experiência — não poderia dar bom resultado. Ainda há dias, o Presidente da SUNAB declarou à imprensa que, em poucas semanas, se registraram prejuízo, nos quatro frigoríficos, da ordem de 250 milhões de cruzeiros, confirmando-se, assim, as nossas previsões. Em última análise quem pagou o confisco de 30% nas cambias foi o pecuarista, que não se beneficiou, embora na portaria baixada rezasse que grande parte do dinheiro seria aplicado em benefício do mesmo. Em lugar disto, os pecuaristas que venderam seus rebanhos, a prazo, para o Grupo Fialdini, não conseguiram receber o pagamento e tampouco aprovaram as invereadas normas não encontraram financiamento.

Esse dinheiro confiscado devia ter sido aplicado no amparo aos pecuaristas

para que pudessem continuar suas atividades, lotando os seus campos e engorda dos bois. Em vez de implementar a iniciativa privada, o Governo, fazendo esta intervenção está, trazendo, para os órgãos governamentais dificuldades, pois como todos sabem, funcionam mal, em condições desvantajosas e por isso, produzem a preço muito elevado.

Lamentamos que o Governo pretenda fazer funcionar esses quatro frigoríficos por intermédio da SUNAB. O problema da carne continua o mesmo nos grandes centros urbanos. Deveria o Governo se preocupar muito mais, com o financiamento aqueles pecuaristas.

Há poucos dias, fizemos uso da tribuna para demonstrar como os países adiantados da Europa, e os Estados Unidos, que visitamos recentemente, conseguem desenvolver esse setor de produção em condições bastante econômicas. E que o Governo tem como maior preocupação fomentar a iniciativa privada, fiscalizando-a, é, naturalmente, cobrando-lhe os tributos que o aumento da produção canaliza para o tesouro da nação.

Aqui, no Brasil, lamentavelmente continuamos na mesma situação, muito embora reconheçamos que o Presidente da República e seus auxiliares desejam que a iniciativa privada se desenvolva. Entretanto, no caso dos quatro Frigoríficos de São Paulo, em lugar de entregá-los a firmas idóneas existentes no Brasil, faz a intervenção e toma conta deles. Entendia-se que iriam fornecer carne a baixo preço, de tabela, mas, agora mesmo, a SUNAB, que estabeleceu o preço de 9 mil cruzeiros a arroba ao preço de Cr\$ 9.000, a arroba do boi, ela não conseguiu suprir o mercado e teve de abrir mão, deixando o preço subir até Cr\$ 12.000, a arroba. Portanto, não deveria haver intervenção da parte do Governo, deveria o Governo, isto sim, fomentar a produção, através do Ministério da Agricultura, a fim de estabilizar os preços. Mas tal não se faz no Brasil. O Governo deveria voltar o seu pensamento para a produção, formar estoques para que, nas entre-safras, fôsssem os mesmos lançados no mercado, evitando-se, assim, as grandes e bruscas oscilações. Estamos, atualmente, na safra dos suínos para abate, mas o Governo não financia as empresas. O seu capital de giro, com a inflação, ficou reduzido e elas não têm mais condições de formar estoques. Os pedidos de financiamentos vão à SUNAB que lhes responde não convém o financiamento, porque, do contrário poderia faltar o produto no mercado e é melhor lançá-lo no mercado, mesmo abaixo do custo.

Não conseguimos o financiamento. Daí a razão porque, daqui a cinco ou seis meses, na época da entre-safra, o mercado terá uma alta sensível, brusca que atingirá o consumidor.

Agora, sacrifica-se o suinocultor, porque este tem que vender sua produção no mercado, mesmo que seja a preço bastante abaixo. Consequentemente, o industrial volta a comprar os animais dos suinocultores a preço abaixo do custo real.

Enfim, entendemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quisermos confirmar as previsões da FAO, de que, no Brasil, haverá fome num futuro não muito remoto. É preciso que o Governo volte imediatamente suas vistas para a agricultura; é preciso que se desenvolva no País principalmente a indústria de fertilizantes, sem fertilizantes, sem boa semente e sem preço justo para a produção proveniente da pecuária e da lavoura, jamais poderemos ter abundância. Sómente, pois, com fertilizantes, boa semente, financiamento, assistência técnica e preço justo é que o Brasil sairá da situação de escassez de gêneros alimentícios, poderá formar os estoques para as épocas X da entressafra.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSE ERMIRO:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, pretendemos, nesta oportunidade, trazer ao conhecimento deles Causa alguns fatos que reputo da maior gravidade, e que dizem respeito aos imigrantes e cruciantes problemas que, no Nordeste, vêm desafiando a argúcia, a coragem e a boa vontade de um pugil de bons brasileiros, que lutam em realizar a ingente tarefa da integração nacional daquela região do país, numa dura e cruenta luta contra o subdesenvolvimento.

Tarefa que, na realidade e na prática conta, pelo menos legal e teoricamente, com o poderoso instrumento representado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nascida de uma idéia fértil e generosa. Para se aquilar da relevância do papel destinado à SUDENE, basta lembrar que, se o Nordeste fosse um país, seria o segundo em população e o terceiro em área, na América do Sul. Em área supera a Itália, Espanha e Portugal reunidos. Tem, lantos habitantes quanto a Tailândia e mais do que a Argentina. Entretanto, sua renda interna não vai além de 18,2% da renda interna do Brasil. Sua renda per capita não atinge 50% da do conjunto da América Latina, sendo superior apenas à da Bolívia, Haiti e Paraguai 56% de sua população concentra-se no setor rural, enquanto no Brasil a concentração se fixa em 55%. A concentração de famílias é mais acentuada nos grupos de renda mais baixa. Dois os chineses já diziam que é "brolíero o leito dos pobres". Na composição do produto regional, as atividades primárias entram com 48%, a indústria com 17% e os serviços com 35%. Esse o quadro real e realista do Nordeste, que exige providências concretas, imediatas e urgentes, não bastante isoladas e isoladas no papel, como parece ser da preferência do atual Governo.

Anpas dessa relevante missão, a verdadevardadeira e irrefutável é que a SUDENE atravessa, no dia de hoje, em que deseja o esforço de seus dirigentes, uma das fases mais difíceis de sua curta história, e, infelizmente, nem tudo tem sido contado ou informado ao Congresso Nacional e à opinião pública.

Principiemos por acentuar que a SUDENE já não goza das inúmeras vantagens e do tratamento especial que antes lhe era concedido, não por simples boa vontade do legislador, mas exclusivamente em face da imperiosa necessidade de se dar ao Orçamento instrumentos e meios capazes de executarem a difícil missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico de uma das mais pobres áreas do mundo, com uma população de 26 milhões de brasileiros, aumentando a cada dia que passa.

Passou a ser subordinada a vários órgãos burocráticos no mesmo tempo, como o DASP e o Tribunal de Contas da União sem se falar no Ministério da Coordenação dos Organismos Sociais, praticamente ainda em estado embrionário.

Esse subordinações invadiam em perpétua contradição, uma vez que, nela, foi, fazem parte do seu Conselho Deliberativo Governadores dos Estados do Nordeste, além de represen-

tantes dos Ministérios e Órgãos ligados ao desenvolvimento da região.

Tudo isso ocorre e vem ocorrendo, é bom salientar, apesar das reiteradas declarações públicas do Senhor Presidente da República, que em discurso proferido no dia 6 de junho p.p., na cidade do Recife, afirmou:

"Não faltarão à SUDENE recursos financeiros para a execução do seu programa de desenvolvimento, que se integra, em nível prioritário, no Plano Geral do Governo".

Mas, em contraposição a essas palavras, muito tem sido tentado no sentido de um verdadeiro esvaziamento da SUDENE.

Assim é que, com o apoio do eclético Ministro do Planejamento, e provavelmente à revelia do próprio Presidente da República, recentemente foi tentada a supressão do artigo 34 (hoje artigo 18 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963), um dos maiores incentivos para a indústria privada do Nordeste. Não fosse a oportuna e decisiva posição assumida por empresários, deputados e senadores, teria ido por água abaixo um dos mais eficazes dispositivos para a industrialização do Nordeste. E esse incentivo não foi criado gratuitamente pelo Congresso Nacional. Não. Representou o resultado de uma imposição de ordem econômica, com a finalidade de integrar o Nordeste na economia nacional, ao mesmo tempo proporcionando ao Sul mercado mais intenso e mais dinâmico.

Senhor Presidente,

Desde sua criação que a SUDENE se regia por legislação própria e apropriada às suas finalidades, notadamente a respeito da contratação ou admissão de pessoal técnico e especializado. Hoje toda essa legislação está, ou revogada expressamente, ou em vias de expressa revogação. Perdeu a SUDENE aquela flexibilidade, aquela maleabilidade característica de órgãos de pesquisas e de trabalho intenso, livres das peias emaranhadas da burocracia. A lei básica da ... SUDENE (nº 3.692, de 1959) e os I e II Planos Diretores (Leis nºs 3.995, de 1961, e 4.239, de 1963) que permitiam essa flexibilidade, foram esvaziadas, com enormes prejuízos, não apenas para a SUDENE em si, mas para toda aquela pobre e cada vez mais empobrecida região nordestina.

A realidade é que não se tem dado à SUDENE todo o apoio governamental de que necessita para a consecução do ideal do soerguimento econômico do Nordeste. Toda essa região tem pleno conhecimento de que o onívore Ministro do Planejamento, que apesar do título de seu Ministério prefere colher frutos mais rápidos e mais diretos, e não a longo prazo, prefere pedir emprestado em lugar de incentivar a produção, é o inimigo número UM da SUDENE. Pois em mais de uma oportunidade ele se declarou favorável a investimentos maciços nas regiões onde o rendimento é mais imediato, o que evidentemente exclui o Nordeste.

O próprio Superintendente da ... SUDENE já teve de sair mais de uma vez do Recife para tentar resolver assuntos relativos à política salarial do órgão que dirige, mas em nenhuma dessas andanças trouxe qualquer solução, embora o Senhor Presidente da República lhe tenha pessoalmente manifestado todo o apoio. E, por mais incrível que pareça, depois de tantas promessas, o recente decreto regulamentando o regime de tempo integral, veio agravar talvez irremediavelmente a situação, que já era insustentável, pois determinou a Redução dos Vencimentos dos Técnicos!

Nessas condições, nenhum organismo, nenhuma empresa que tem de realizar muito em pouco tempo pode subsistir. Quem quer que tenha precisado de mão-de-obra qualificada sabe das dificuldades para a sua consecução. Se se fizer um anúncio procurado trabalhadores não qualificados, logo de imediato se formará extensa fila de candidatos. Mas quando se anuncia a procura de, por exemplo, um engenheiro especializado, quem está destinado a ficar esperando é o empregador. Para nos capacitarmos desta verdade, bastará a leitura das ofertas de trabalho nos jornais de grande circulação no país. Entao veremos como se repetem, numa monotonia quase que encravante, os anúncios dessa natureza, por meses a fio.

Estamos seguramente informados, Senhor Presidente, de que cerca de 60 técnicos de alto nível já tiveram de deixar a SUDENE, em virtude da atual política salarial do Governo. Assim tiveram de agir premidos pelas mais elementares necessidades, e sólamente chegaram a essa decisão depois de esgotada até o fim sua tradicional e quase épica "vocação nordestina".

Aliás, essa situação não encontramos sómente na SUDENE. Ainda na última quinta-feira, quando aqui esteve, o próprio ilustre Ministro das Minas e Energia deixou patente a angustiosa falta de técnicos especializados por que passam os mais diversos departamentos do seu Ministério, a começar pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com tantas e tão relevantes responsabilidades.

Essa política de retribuição salarial inadequada, principalmente em se tratando de técnicos de alto nível, cujo trabalho não pode ser milimetrado, e para os quais não se devem aplicar os critérios burocráticos comuns, precisa, com toda a urgência, ser modificada.

Com relação diretamente à ... SUDENE, urgentes medidas, a curto e a longo prazo precisam ser tomadas, começando pela revisão, em base smais altas e adequadas à região, da remuneração dos seus servidores, pelo menos em igualdade de condições com o setor privado, para que o órgão não continue perdendo seus melhores e mais experimentados técnicos..

A preparação desses técnicos, Sr. Presidente, custa muito dinheiro. E, ao final desse preparo, quando já possuem suficiente experiência, as empresas privadas oferecem-lhes melhores condições e todo o dinheiro do Governo é perdido (Lé).

A perda desses técnicos acarretará, certamente, consequências imprevistas, a principiar pela paralisação dos trabalhos da SUDENE, com reflexos imediatos nas empresas particulares que, de boa-fé, se instalaram naquela região. A longo prazo, senhores Senadores, será necessário introduzir na lei III do Plano Diretor dispositivo idêntico ao artigo 29 e seus parágrafos do II Plano, estabelecendo quadro próprio para a SUDENE, subordinado à legislação específica, tendo em vista sua alta importância e seu caráter todo especial. Em uma palavra, Senhor Presidente, é preciso dirigir a SUDENE com mão firme e decidida, com o perfeito conhecimento das peculiaridades daquela região, e principalmente, com a consciência plena da profundidade de seus problemas dentro do contexto do drama nacional. E não será certamente, com faustosas comitivas se dirigindo sem qualquer planejamento prévio e racional às mais dispares regiões do mundo, que nossos problemas terão solução.

Que se diria antecipando se nosso Governo anterior enviesse seu primeiro Ministro à União Soviética? No Mi-

nimo, que se tratava de um Governo comunizante, anti-cristão e anti-occidental. Como mudaram rapidamente os tempos!

Reconhecemos que a União Soviética representa hoje em dia um dos povos da civilização moderna, possuindo o maior contingente de técnicos especializados formados anualmente, tendo uma pujança econômica que não pode ser desconhecida.

Sr. Presidente, são cerca de novecentos mil universitários e cerca de cento e trinta e três mil engenheiros que saem das escolas, todos os anos.

Sempre fomos favoráveis ao regime de comércio com todos os países do Leste. Mas não queremos deixar de manifestar nossa supreza em face da contraditória atitude do Sr. Ministro do Planejamento, que se tivesse certeza dos anunciados e propalados investimentos norte-americanos no Brasil, não estaria a esta hora enfrentando os rigores do inverno soviético: Onde sua coerência? Onde suas convicções?

Temos o direito de estranhar e de indagar, senhor Presidente, em nome do povo brasileiro. (*Muito bem, muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gosto me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, em 6 de setembro de 1965. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente e Senhores poucos mas bons Senadores, cheguei hoje de Minas Gerais, terra de V. Ex^a, que não devo dizer que seja minha, porque na realidade sou capixaba nascido em Minas Gerais, de uma geografia portentosa, titular e colméia de homens públicos, que se diversificaram com densidade cultural e espírito público em várias frentes do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, nos altos conselhos da República, e agora administrado por Magalhães Pinto.

Minas Gerais é tido como um dos Estados pobres da Federação, já que a sua grande potencialidade são os recursos minerais e, nesse ângulo, a hierarquia tributária é mais da União. É fácil, portanto, compreender-se como é difícil realizar-se o bem-estar sócio-econômico daquele Estado.

Magalhães Pinto assumiu a governança de seu Estado natal numa fase crucial da vida brasileira, mas diante de tremulavam todas as esperanças no sentido de drenagem de recursos financeiros e técnicos do Governo Federal para o grande Estado montanhês, já que, de envolta com a sua eleição provincial, alcançava-se à Presidência da República o Sr. Jânio Quadros que, naturalmente, anirmando um sentimento de gratidão pela marcante e heróica dedicação eleitoral de Magalhães Pinto, com que se beneficiou, realizava no seu espírito e na sua consciência o compromisso de trabalhar, como dizia Rui Barbosa com mão diurna e com mão noturna, para o soerguimento e para a emancipação econômica de Minas Gerais. Mas, uma renúncia maléfica, galopante, surpreendente e sem grandeza cortou o fio daquelas esperanças e rompeu a drenagem daquele compromisso.

Logo depois, tivemos o Governo do Sr. João Goulart que, não obstante

compromissos assumidos, nada fez ou nada pôde fazer no sentido de estimular, com a ajuda financeira, o plano desenvolvimentista elaborado pelo Governador Magalhães Pinto. E até mesmo, Sr. Presidente, o fato adquiriu proporções e características da notoriedade; um empréstimo de alguns bilhões de cruzeiros, em vias de conclusão no Banco do Brasil foi, à última hora, sustado, não se dando a sua liberação. Mais tarde veio a revolução democrática que impediu permanecesse o País nas cercanias do caso econômico, como diria o eminentíssimo Senador Josaphat Marinho ou, então, nas proximidades da letalidade e do aniquilamento do equilíbrio social. Eclodido aquele movimento, numa crise econômica sem precedentes na História deste País, o Governo do eminentíssimo Presidente Castello Branco ainda não pôde impulsionar, para a portentosa geografia mineira, os recursos de que carece, em caráter suplementar, para ajudar o Governo daquele Estado a levar a bom termo os seus esforços e as suas fadigas.

Mas, Sr. Presidente, apesar disso, em minha recém-estada em Minas Gerais, ouvi de gregos e troianos, de elementos de todos os Partidos políticos, até mesmo daqueles que combatem sistematicamente o estilo de vida político-partidário do Sr. Magalhães Pinto, uma verdadeira sinfonia de realejo destacando, entronizando e elogiando a sua administração.

E lá estão, em todos os municípios de Minas Gerais, o marco, a passagem administrativa, o estímulo creditício, enfim, a vontade de realizar do Governo Magalhães Pinto. E como censidade maior do resultado do seu esforço e da sua recompensa, Magalhães Pinto pode implantar no Estado de Minas Gerais cerca de mil e quinhentos quilômetros de estradas de rodagem.

Mas, Sr. Presidente, o objetivo da minha presença na tribuna, não é fazer o exame do Governo Magalhães Pinto. Este exame melhor seria feito se surgisse dos lábios, do coração e da consciência dos representantes montanhenses nesta Casa, dentre os quais se destaca o eminentíssimo Senador Camilo Nogueira da Gama que, adversário político do Sr. Magalhães Pinto, por certo em função do espírito de Justiça, irá gravar, nos anais da Casa, o que tem sido aquela administração desenvolvida num dos períodos mais cruciais da vida política, econômica e administrativa do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, deixando o preambulo, focalizar aquela paisagem alçandorada, aquelas deslumbrantes contingentes que emergiram da inauguração do Estádio Minas Gerais, obra do governo Magalhães Pinto, obra das reivindicações e dos sonhos tradicionais do nobre povo mineiro, tarefa exemplarmente cumprida pelo seu governo, que assim se mostrou autêntico na interpretação do verdadeiro sentimento mineiro.

Ontem, ocorreu a inauguração daquele colosso da Pampulha, daquela Pampulha que anteriormente, pelas suas origens, era encarada, nos seus aspectos e nos seus ângulos de suspeição, na alegação e afirmação de que as obras até então implantadas e desenvolvidas foram com o sacrifício da dignidade administrativa e com o malbaratamento dos recursos do erário.

Hoje, no Governo Magalhães Pinto, construiu-se ali um estádio em cujas obras consumiram-se recursos fabulosos. Mas, não há uma palavra, um gesto, não ocorre uma insinuação sequer no que diz respeito à impecável lisura da aplicação dos dinheiros públicos e das poupanças captadas no seor privado.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Não conheço os trabalhos da administração Magalhães Pinto. Há três dias lá, nos jardins de São Paulo, algo que muito me alegrou, e que comprova o nacionalismo do S. Exº. Por intermédio de um relatório da METAMIG, vê-se que mais de dois terços de minério de ferro já estão em poder de empresas estrangeiras. É uma denúncia que a nação não pode desconhecer. Já é tempo de os brasileiros controlarem suas riquezas.

O SR. EURICO REZENDE — Agrado, eminente Senador José Ermírio, contribuição do seu aparte, que reforça o conjunto de elogios com que o povo mineiro está premiando o Governo Magalhães Pinto.

Senhor Presidente, ainda trazendo no espírito as sonoridades festivas daquela inauguração, conduzindo na minha alma o espetáculo de cônices que foi aquela ato solene e recolhendo, também, as excelentes emoções de brasileiro, frente à vitória da seleção mineira sobre um dos mais aguerridos tradicionais clubes argentinos, quero colocar, nos Anais da Casa, a sinceridade das minhas congratulações pela inauguração do Estádio de Minas Gerais, daquele estádio que, tendo recebido este nome, pouco antes da sua inauguração, recebia outra denominação, qual seja, a de "Gigante da Pamplona". Mas, graças à adequada interpretação da alma das ruas, recebeu apenas o nome de "Mineirão". O Estádio das Gerais ficará assim denominado, por um só vocabulo — o "Mineirão" — a expressar, de um lado, esse qualificativo que se dá às grandes goles e aos grandes homens de Minas Gerais, esse qualificativo que nasceu na velha aristocracia rural do Estádio montanhês, e que, por certo, permanecerá atravessando a poeira dos tempos e marchando "pari passu" com o galopar dos anos. O Conselho de Administração do Estádio, nomeado pelo Governador Magalhães Pinto, deixa, de logo, a sua isenção política na realização daquela obra: recrutou desportistas, recrutou administradores e, nessa seleção, não encarou nem bandeiras políticas nem flâmulas partidárias. O Conselho de Administração responsável pela construção do Estádio foi organizado com verdadeiros VIPs do esporte, do comércio, da indústria e da administração pública de Minas Gerais.

(Lendo):

ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁDIO

Supervisão — Luis Pinto Coelho — Presidente do Conselho de Administração do Estádio Minas Gerais.

Chefia Executiva — Gil Cesar Moreira de Abreu — Administrador do Estádio.

Planejamento — Hélder Márcio Dinelli Gonçalves, Francisco Abel Magalhães Ferreira.

Engenheiros — Direção de Obra — Francisco Abel Magalhães Ferreira, Fernando Vargas Leitão de Almeida, Gilberto Osvaldo de Andrade, Abílio Pereira Veiga.

Fiscalização Direta da Armação — Selem Hissa Filho, Cláudio José Barrufini.

Instalações Hidráulicas — João Senna Freire.

Instalação Elétrica — Liszt Viana.

Projeto Arquitetônico — Eduardo Mendes Guimarães Jr., Gaspar Garreto.

Projeto Estrutural — Serviços Emílio Braumgar Ltda., Arthur Eugênio Jermann, Jorge Degow Cláudio José Barrufini, Selem Hissa Filho.

Escoramento Metálico — Jan Inhetvin.

Controle Tecnológico — Mário Fox Drummond.

Fundação Profunda — Euler Ma-

pantes da Rocha.

Topografia — Jair Campos Ramos, José Corrêa Pinto, Samuel de Brito.

Engenheiro Agrônomo — Camilo de Assis Fonseca Filho.

Senhor Presidente, o Estádio de Minas Gerais é o segundo estádio coberto do mundo. Na hierarquia dos

estádios desse gênero não perde mal, porque perde bem, perdendo para um congénere brasileiro — o Estádio do Maracanã. Tenho aqui, o confronto entre as características técnicas e arquitetônicas e as proporções dimensionais do "Maracanã" para o "Mineirão":

(Lendo)

Área ocupada pelo Estádio, pista de atletismo, parques de estacionamento para automóveis e jardins 186.638 m² 300.000 m²
Funcionamento em conjunto, estádio, pista de atletismo abrigam (capacidade) 250.000 180.000
Capacidade do Estádio (projeto) 155.500 100.000
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo maior 318,58 m 275,00 m
Forma geométrica de uma falsa elipse, medindo no eixo menor 280,74 m 216,30 m
Perímetro 944,62 m 785,57 m
Altura 32,00 m 25,00 m
Arquibancada (nº de degraus) 48 35 m
1º degrau em relação ao nível do campo + 7,50 m + 8,00 m
Último degrau em relação ao nível do campo - 23,67 m - 18,87 m
No último degrau das arquibancadas, o espectador fica em relação ao centro do campo 126,00 m 90,00 m
Gramado: medidas máximas para jogos internacionais 110 x 75 m 110 x 75 m
O fosso lateral de proteção — profundidade 3,00 m 3,00 m
O fosso lateral de proteção — largura 3,00 m 2,50 m
Túneis de acesso ao gramado 4 3
Placa eletro-mecânicos 3
Vestiários, música permanente, gabinete médico, sala de massagens, banheiras térmicas e oxigenoterapia 5 4
Alojamentos 100 pessoas 400 pessoas
Escoamento do público, quando lotado 15 minutos 10 minutos
Iluminação do gramado: projetores 220 240
Na construção foram usados: madeira 650.000 m³ 300.000 m²
Sacas de cimento 500.000 284.000
Ferro 9.582.781 kg 4.000.000 kg
Cabines para rádio e TV, com ar condicionado, isolamento acústico e visor panorâmico 26 24

Sr. Presidente, as manifestações de gratidão para com o Governador Magalhães Pinto pela portentosa obra, ontem inaugurada, foram unânimes. Dentro delas merecem ser destacadas as seguintes:

DIRETORIA DE ESPORTES DE MINAS GERAIS

A Diretoria de Esportes cumprimenta os esportistas de Minas e, especialmente, o Governador Magalhães Pinto pela inauguração do Estádio Minas Gerais, obra redentora do esporte mineiro.

Natalino Triginelli, Presidente.

CLUBE ATLETICO MINEIRO

Obrigado Magalhães

Representando os verdadeiros sentimentos da imensa e fervorosa torcida do Clube Atlético Mineiro, de sua diretoria e de todos os conselheiros, agradeço ao Governador Magalhães Pinto pela oferta do Estádio Minas Gerais, ao esporte do Brasil. Fique certo o ilustre homem público e aquelas que sempre estiveram ao seu lado, que os agradecimentos agora recebidos, são pequenos em relação à grandeza do Estádio. No coração de cada atleticano anônimo, reside um monumento mais perene que o próprio bronze: a gratidão. — Coronel Lauro Pires, Presidente.

AMÉRICA FUTEBOL CLUBE

No momento histórico em que todos participam dos festejos de inauguração do Estádio Minas

— obra que significa o Governo de Minas.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 1965. — Manoel Edson de Oliveira, Presidente.

Assim, Sr. Presidente, toda a sociedade mineira e, principalmente, toda a família esportiva de Minas Gerais, uniram as suas manifestações, argamassaram os seus gestos e orquestraram as suas vozes num preito de reconhecimento e de gratidão ao Governador Magalhães Pinto, que deu a Minas Gerais o segundo estádio coberto do mundo, cujas dimensões e características são pouco menores do que as do primeiro congênero em todo o mundo o fabuloso estádio do Maracanã.

Mas, Sr. Presidente, tem-se falado muito, ultimamente, em reforma da base, reforma nas instituições eleitorais, reforma nas instituições políticas, reforma nas instituições econômicas, dentre as quais a reforma agrária, e, até mesmo, reforma em nossas instituições representativas, sei não mesmo em nosso próprio regime.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos falando a respeito do "Mineirão", há necessidade de ser aconselhada e aventureada uma outra reforma de base: a reforma do futebol.

Explique, Sr. Presidente. A construção do Estádio Minas Gerais resultou de um esforço sobre-humano do povo e do governo mineiro. O mercado futebolístico de Belo Horizonte está aquém da capacidade de abrigo e da movimentação do Estádio de Minas Gerais. Basta que se diga que a região de Belo Horizonte tem cerca de 700.000 habitantes e a capacidade do estádio é para 100.000 pessoas.

Ora, uma partida de futebol que se realize entre os clubes de Belo Horizonte, no "Mineirão", não levará, para aquela portentosa e fabulosa praça de esporte, sequer uma torcida, uma clientela capaz de cobrir um terço da sua capacitação de público. Há então necessidade de presença frequente, de comparecimento periódico dos grandes clubes de São Paulo e da Guanabara.

Ora, Sr. Presidente, a Confederação Brasileira de Desportos, até aqui, só vem operando no pingue-pongue São Paulo-Guanabara e, realmente, as grandes partidas de futebol nacional não poderiam ser disputadas a não ser nessas duas grandes praças, mercê da ausência de estádios adequados em outros pontos do País.

Agora, não, Sr. Presidente! Belo Horizonte tem um estádio que coloca, materialmente, em plano de inferioridade qualquer dos dois existentes em São Paulo. E Brasília, muito breve, terá também a sua praça de esportes, atendendo às credenciais e às exigências da Capital Federal da esperança.

Ora, pela lei, o Conselho Nacional de Desportos e a Confederação Brasileira de Futebol já deviam estar sediados em Brasília, há muito tempo. No entanto, os donos dessas duas grandes entidades teimam, perseguem e insistem em continuar usufruindo as delícias rendilhadas da Copacabana imortal.

A construção do estádio de Minas Gerais está a exigir, então, uma providência da parte do Conselho Nacional de Desportos, principalmente da Confederação Brasileira de Futebol, para que os grandes jogos e torneios de campeonatos sejam disputados também em Belo Horizonte, para que aquela obra se firme e se consolide com uma vigorosa e atrevida demonstração do amor desportivo e da capacidade fascinante da Engenharia mineira, de permel com a dedicação, o louvor e o dinamismo do operário mineiro.

- Assim, Sr. Presidente, quer-me parer que o advento do segundo estádio coberto do mundo está a acon-

sejar, senão mesmo a exigir, uma reforma de base no futebol brasileiro, para que o nosso futebol não se confine e não se perca apenas no egoísmo e na fascinação de cariocas e de paulistas. Os mineiros, hoje, através do seu estádio, e da sua hospitalidade tradicional, têm condições de oferecer o palco para as grandes disputas do futebol brasileiro.

Sr. Presidente, como disse, com uma região com a população de cerca de setecentos mil habitantes e um estádio com capacidade captativa de público de cem mil pessoas, se não se deslocarem também, para Belo Horizonte os torneios, até agora só realizados na Guanabara e em São Paulo, o estádio de Minas Gerais estará fadado a se erigir e a se transformar numa faixa de lamentável solidão esportiva.

Com estas palavras e me congratulando com a Casa, principalmente com a representação mineira, notadamente com o eminentíssimo Senador Camilo Nogueira da Gama, grande amigo do povo mineiro e fervoroso estimulador do seu esporte, quero salientar que a inauguração do Estádio de Minas Gerais, foi, realmente, um momento de luz, de nobreza e de glória para o grande e glorioso povo mineiro. (Muito bem; muito bem)

COMARQUEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guiomard
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz
Eduardo Catalão
Eurico Rezende
Vasconcelos Tôrres
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Daniel Krieger (9)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos.

O SR. MEM DE SÁ:

Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, pedi a palavra para que não se encerre a sessão do Senado Federal do Brasil, sem que seja consignada uma palavra de reverência e de respeito a uma das mais altas figuras da humanidade, que acaba de desaparecer. Eu me retiro ao Doutor Albert Schweitzer, que morreu sábado em Lambarent, no hospital que ele criou no coração da África, e ao qual dedicou 50 anos da sua vida.

Como acentuei, Albert Schweitzer há de figurar na história da humanidade como uma das mais altas expressões, não apenas da ciência, mas, sobretudo, de bondade, de amor ao próximo, de solidariedade à causa do homem. Filósofo, artista, músico, médico, esse homem, nascido na Alsácia, conquistou enquanto viveu na civilização, as mais altas distinções. Tudo abandonou: honras, riquezas, vanglorias, para se dedicar ao tratamento da dor e da doença dos pobres negros abandonados no interior do Gabão, no coração da África. A sua vida é, por isto, verdadeira luta para um século caracterizado pelas maiores brutalidades que a história da humanidade registra, o século do extermínio de centenas de milhares de pessoas e atualmente sob a ameaça da bomba atômica, o século do genocídio e da

perseguição aos judeus, o século dos maiores massacres, das maiores crueldades. Albert Schweitzer, registra a lição, é o exemplo de Cristo ao dedicar a sua vida à causa do próximo, da bondade e do amor.

Assim, gostaria que nos Anais do Senado ficasse registrada a reverência do povo brasileiro a esse vulgo rolar da humanidade. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa se associa às homenagens de respeito e de admiração que o nobre Senador acaba de prestar à memória do grande cientista Albert Schweitzer, falecido na África. Constanterão elas, como S. Exa. acaba de solicitar, dos Anais do Senado Federal.

Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado ..., nº 40, de 1964, de autoria do Sr. Senador Guido Mondin, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências (aprovado na sessão de 17.8.1965, em substitutivo da Comissão de Educação e Cultura), tendo parecer nº 1.028, de 1965, da Comissão de Redação com a redação do vencido.

Sobre a Mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Art. 1º Acrescentem-se, no texto proposto para o art. 13 do Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, em seguida a "hasteada", as palavras:

"nos dias de festa ou luto nacional".

Justificação

Trata-se de sanar uma omissão evidente. As palavras omitidas figuram tanto no art. 13 do Decreto-lei nº 4.545 como no texto proposto pelo projeto para substituí-lo.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador deseja usar a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

O projeto volta às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, a fim de que se pronunciem sobre a emenda que acaba de ser lida.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a da próxima quarta-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 1965

(Quarta-Feira)

1

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 617 de 1965 pelo qual a Comissão Especial para o estudo e

a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias primas solicitada a convocação do Sr. Ministro da Fazenda, a fim de perante aquele órgão fazer exposição sobre relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiarista da Secretaria do Senado Federal.

3

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 83 de 1965 de autoria da Comissão Diretora que põe à disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moçambique, Fernandes Távora.

4

Discussão, em turno único do Projeto de Resolução nº 87 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Luiz Carlos Pontual de Lemos candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89 de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JEFFERSON DE AGUIAR, NA SESSÃO DE 24 DE AGOSTO DE 1965, QUE SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi do ilustre Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Eduardo Gomes, as informações que lhe solciitei há algum tempo, a respeito da cassação das linhas da Panair.

Desejo ler as informações prestadas para conhecimento geral do Senado, agradecendo a S. Exa. os meticulosos e detalhados esclarecimentos em quadro anexo, relacionados com o problema, e que elucidam definitivamente a momentosa questão.

A informação tem o teor seguinte: (Lê.)

AVISO Nº 052-GM5-270-R

Em 19 de julho de 1965

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de, em atenção ao Ofício nº 502, de 23 de abril do ano em curso, reiterado pelo nº 950, de 4 de junho último, ambos dessa Casa Legislativa, transmitir a Vossa Excelência os esclarecimentos abaixo, concernentes ao Requerimento nº 122, de 1965, de autoria do Senhor Senador Jefferson de Aguiar.

"a) Inteiro teor das propostas da Vasp e da Varig, para obtenção das

linhas domésticas internacionais anteriormente concedidas à Panair do Brasil.

Resposta:

Em consonância com a determinação presidencial visando à cassação das linhas internacionais operadas pela Panair do Brasil, este Ministério determinou, de imediato, que a Varig passasse a operar aquelas linhas, para que não se verificasse interrupção na sua exploração, da qual pudesse resultar consequências danosas de caráter político e econômico. Essa determinação foi obedecida pela Varig que, posteriormente, atendendo à indicação deste Ministério, se comprometeu, na execução desses serviços, a honrar os transportes já vendidos pela Panair do Brasil, anteriormente à cassação das linhas, bem como absorver em seu quadro funcional, com vantagens idênticas às de seu pessoal estatável, o pessoal técnico daquela empresa, afeito preferencialmente à execução das linhas que passou a operar, para o que, de imediato, abriu inscrição para a sua admissão. Não houve, por parte da Varig, nesse particular, nenhum condicionamento ao cumprimento das determinações recebidas.

2. A Vasp, muito posteriormente ao início da execução pela Varig, das linhas da Panair do Brasil, solicitou em 10 de março de 1965, ou seja, depois da falência daquela empresa, autorização para explorar as suas linhas internacionais cassadas. A pretensão da Vasp se apresentou condicionada à garantia de auxílio governamental de cobertura cambial para a importação de equipamento adequado à exploração dos serviços, e acompanhada de compromisso para aproveitamento parcial do funcionalismo técnico daquela empresa, afeito à exploração da Vasp. A cópia integral do requerimento da Vasp constitui o Anexo "A" deste documento.

b) Solução já adotada ou em vias de adoção, para o pessoal da Panair do Brasil S. A., com a indicação do número, remuneração e atividade profissional.

Resposta:

Ao concluir o Ministério da Aeronáutica que a cassação das linhas da Panair do Brasil era medida que se impunha, na oportunidade, verificou que grave situação seria criada com relação ao aproveitamento do pessoal, situação essa que, de fato, logo a seguir se agravou com a decretação da falência. Para contorná-la, embora tendo presente que a solução do problema trabalhista assim criado, escapa inteiramente à sua responsabilidade direta, procurou orientar o seu encaminhamento no sentido de que as empresas, às quais fossem atribuídas as linhas cassadas, promovessem, dentro dos limites possíveis, a absorção de parte do pessoal técnico de vôo e de terra, da Panair do Brasil.

3. A Varig, que de imediato foi autorizada a operar as linhas internacionais europeias, se comprometeu a absorver 2.000 funcionários; a Cruzeiro do Sul, autorizada a operar as linhas da Ribeira de Integração Nacional, na Amazônia, se comprometeu a absorver cerca de 300 funcionários; o Ministério da Aeronáutica, atento ao prosseguimento das atividades dos Serviços de Meteorologia e Comunicações da Panair do Brasil, manteve sob sua responsabilidade, 600 funcionários, aos quais tais serviços estão afetos; o Ministério do Trabalho foi solicitado a estudar e solucionar, em caráter prioritário, os processos de aposentadoria de 1.300 funcionários da empresa, de todas as categorias funcionais, que já dispunham de tempo suficiente para sua aposentadoria.

A par dessas providências, o Ministro da Aeronáutica vem procurando orientar os demais funcionários da empresa, notadamente aqueles que exercem funções administrativas, para admissão nos quadros do serviço público federal e estadual, notadamente no Estado da Guanabara, para o que tem mantido entendimentos com o Governador desse Estado, o qual já comunicou haver autorizado a admissão de 1.095.

c) Total das subvenções recebidas, equipamento em funcionamento, em reparação, obsoleto ou paralizado, com referência a todas as companhias de aviação civil, nos últimos cinco anos.

Resposta:

No tocante ao total das subvenções recebidas, no prazo indicado, os esclarecimentos solicitados se contêm no anexo "B" a este ofício.

d) Seguros pagos pelas empresas de aviação civil, nos últimos cinco anos.

Resposta:

Os esclarecimentos solicitados se contêm no anexo "C" a este ofício.

e) Dívidas, no País e no exterior, das empresas de aviação civil, nos últimos três anos.

Resposta:

As informações solicitadas neste quesito se contêm no anexo "D" a este ofício.

f) Conclusão dos inquéritos que apuraram os acidentes de aviação, no País, nos últimos cinco anos.

Resposta:

Os quadros demonstrativos dos acidentes de aviação, no País, nos últimos cinco anos, constituem o anexo "E" a este ofício.

2. São esses, Sr. Primeiro Secretário, os esclarecimentos que me cumpre prestar a Vossa Exceléncia, no encerramento do solicitado pelo aludido requerimento 122, de 1965.

3. Como já tive ocasião de esclarecer a Vossa Exceléncia pelo meu Aviso 42-GM5-246-R, de 30 de Junho passado, deve-se a demora da remessa das presentes informações à necessidade de colhê-las em vários órgãos deste Ministério e em outros fora do âmbito de suas atividades.

4. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Exceléncia os protocolos de minha alta estima e distinta afeição. — Eduardo Gómez, Ministro da Aeronáutica.

DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

Anexo "A"

Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro Nelson Freire Lavrenere Wan-

derley

DD. Diretor-Geral de Aero-

náutica Civil.

Viação Aérea São Paulo S.A. — "VASP", por intermédio de seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, pede a V. Exa. para expor e solicitar o seguinte:

Homem afeito ao trato dos assuntos de aeronáutica, profundo conhecedor das empresas brasileiras de navegação aérea, de seus problemas, de suas lutas e vitórias, — V. Exa. não ignora a trajetória percorrida pela VASP. Nascida humilde e provinciana, foi, com esforço e honradez, crescendo progressivamente até se tornar legítimo orgulho da indústria nacional (V. anexos 1, 2, 3, 4, 5 e 6);

Dos dois primitivos aviões, foi paulatinamente aumentando sua frota, até atingir o apreciável número de setenta aeronaves aproximadamente; se algumas delas não estão em voo, isso se deve principalmente à dificuldade em que se encontra o Governo Federal para o fornecimento de divisas. Essa, aliás, é a situação de todas as empresas, sendo de notar que

a VASP importou em 1964 a totalidade da quota efetivamente recebida;

O pessoal, a princípio escasso, atinge hoje a quase cinco mil funcionários (V. anexo 7);

Na rede doméstica, a VASP aumentou até o ponto de fazer cerca de um terço de todo o tráfego aéreo;

No decorrer de sua existência, a VASP ampliou suas instalações, progrediu em técnica e absorveu empresas que, por seu turno, já traziam no bôjo outras companhias (Loide Aéreo Nacional S.A., NAB — Navegação Aérea Brasileira, LAP — Linhas Aéreas Paulistas, Lemcke).

Esta portanto a VASP em franca ascenção e, por isso mesmo, desejava de expandir-se. Tal circunstância, aliada ao fato de haver sempre feito obra patriótica, ajudando a levar o progresso ao interior do país, inclusive em linhas que lhe dão prejuízo, fazia confiar em que o Governo, justo e criterioso como é, longe de querer sufocá-la ou fazê-la estagnar-se, teria todo o empenho em vê-la crescer, dando assim uma demonstração de que o Poder Público sabe premiar os que trabalham pelo engrandecimento do Brasil. (V. anexos 8 e 9).

A necessidade dessa prova de reconhecimento do Governo, ao esforço das empresas privadas, é um dado que não pode ser desatendido e que as autoridades têm de ponderar, ao escolher a solução que melhor consulte aos interesses nacionais.

A confiança no critério e na honestidade de propósitos do Governo anima a VASP a vir pleitear a concessão de linhas internacionais. Não é a primeira vez que ela bate as portas do Ministério da Aeronáutica com esse objetivo. Agora, porém, a situação é diferente. Cassada a permissão anteriormente dada à Panair, ficam livres várias linhas, o que exige reformulação do problema e solução nova.

A VASP comprehende que a entrega provisória das linhas à VARIG, foi, na conjuntura, a única solução possível (apesar de que há pelo menos um ano era conhecida a situação da Panair e teria havido tempo para um desfecho que não tivesse os inconvenientes dos remédios de emergência). Reconhece mais, e proclama, que a VARIG é, sem sombra de dúvida, uma companhia capaz de realizar grandes tarefas — e essa declaração se impõe para desfazer falsas impressões que notícias deturpadas poderiam ocasionar. A VASP não luta contra ninguém; bate-se pelo que entende ser legítima. E nem sequer entra em considerações sobre a condição financeira de congêneres, por estar certa de que as autoridades desse Ministério, em sua alta prudência, pesarão a responsabilidade que lhes caberia se entregassem encargos e serviços a empresas cuja situação não fosse muito diferente da apresentada pela Panair. Não cabe à VASP, e sim ao Ministério da Aeronáutica julgar das possibilidades de cada empresa (V. Anexos 10 e 11).

Mas para um detalhe quer a VASP pedir a atenção de V. Exa.: para o fato de que seu balanço vem sempre melhorando, a ponto de haver dado lucro nos últimos meses de 1964, apesar do prejuízo de cerca de ... Cr\$ 560.910.851, inflingido pela RIN, mesmo depois de recebida a subvenção, e também apesar do ônus de algumas linhas deficitárias que a DAC lhe impõe.

Se, portanto, nestes 31 anos, a VASP trabalhou pelo progresso do Brasil, arcando com os encargos de linhas nem sempre vantajosas, nada mais justo que a aspiração de um dia vir a fazer as intercessões. Além do legítimo interesse de beneficiar-se com um serviço altamente rendoso, existiu e existe o empenho de expandir-se, natural em todos os aspectos que cresce. A VASP aguentou-se no território nacional e co-

bre, hoje, praticamente, toda a área habitada no Brasil. Por isso sente o desejo, além de supor ter o direito, de ultrapassar as fronteiras nacionais, tal qual aconteceu com todas as empresas que chegaram a relativo grau de desenvolvimento. Até o presente, poderia dizer-se que não havia linhas disponíveis. Um "Meridiano de Torpedilhas" havia dividido o mundo em dois hemisférios, dos quais o ocidental coube a VARIG e o oriental à Panair do Brasil. Agora, porém, mudou o panorama. Desaparecida a Panair, não havia como supor que todas as linhas internacionais fossem concentradas nas mãos de uma só empresa (V. Anexo 12).

Encarada com senso de realidade e sem farisaísmo, tal solução concentraria nas mãos de um só homem uma força incomensurável que o transformaria quase num Quarto Poder — e exatamente na aviação comercial, reserva da aviação militar.

Seria, ademais, o Monopólio das linhas de longo curso, tão flagrantemente contrário aos interesses nacionais e ao espírito da Constituição brasileira (art. 148).

E' certo que em alguns países existe uma única empresa, mas também é verdade que a situação deles difere essencialmente da nossa em dois pontos:

l) lá, o que existe é o monopólio do Estado, repelido entre nós quando foi refugada a idéia da AEROBRAS;

l) lá não havia empresa nenhuma quando se fez a única.

Ora, entre nós o quadro é diferente e está constituído com a existência de várias empresas. A concessão a só uma delas, além de importar no monopólio de uma empresa privada, constituiria um Privilégio concedido de mão beijada, e contra o princípio firmado em todas as nossas constituições republicanas desde 1891.

A VASP roga, ainda, permissão para recordar o inconveniente de fazer novas concessões a qualquer empresa que não haja sequer implementado as que já lhe foram feitas, v. g. linha do Japão. Dir-se-á que essa linha é penosa e desfavorável. Mas isso argui contra a concessionária (melhor: permissionária) e até contra o poder concedente: nas concessões de serviços públicos, os vantajosos são outorgados sob a condição de que o beneficiário arque com os não lucrativos. Há uma compensação. Durante muito tempo, a Light manteve os bondes que lhe davam prejuízos, pois tinha a contra-partida da luz e do gás. Exemplos como esse são diários.

A VASP admite, ad argumentandum, que haja vantagem, para o bem comum, em concentrar todas as linhas internacionais nas mãos de uma única empresa. Mas esse é apenas um dos ângulos do problema e qualquer solução calcada exclusivamente nela seria unilateral — e, portanto, deformada. E' preciso levar em conta outros fatores, que também consultam o interesse nacional. Não crei a VASP que o Governo tenha empenho em desestimular a iniciativa privada, e muito menos em punir empresas que prestam bons serviços.

Não houvesse no Brasil várias companhias de navegação aérea e a concessão das linhas internacionais a só uma seria perfeitamente justificada. Mas o fato que não pode ser ignorado é que existem várias e algumas delas estão em condições de fazer o tráfego internacional.

Isto posto, cumpre considerar que:

1.) não tem a VASP qualquer débito em atraso no Banco do Brasil, no BNDE, no Tesouro Nacional, na Previdência Social ou na SUMOC, a não ser (como todas as empresas) as promissórias correspondentes ao financiamento de 50% para reequipamento, o que se deve ao não paga-

mento, pelo Governo, da respectiva subvenção. Note-se que a VASP pagou os juros vencidos das promissórias relativas ao referido financiamento, afirmativa que não pode ser feita por todas as congêneres.

2.) pode a VASP aumentar seu capital para integralizar, em dinheiro, o equivalente ao investimento necessário para a compra de equipamento aéreo (jato), equipamento terrestre, oficinas (alias já tem algumas excelentes), telecomunicações, estoques de sobressalentes, lojas e agências, e para o adestramento do pessoal de vôo e de terra. A integralização será mais rápida que o ritmo dos pagamentos; não haverá possibilidade de quaque énus adicional na balança de pagamentos;

3.) indo ao encontro de uma necessidade do Governo, o qual declarou de público que o pessoal da Panair seria por ele amparado, a VASP se propõe a absorver o número de aeronautas e aeroaviários necessário, as suas novas tarefas. Quanto mais linhas lhe der o Governo, mais pessoal será absorvido. E admite inclusive a possibilidade de conservar o nome Panair; pretendendo mesmo a operação das linhas internacionais, setor amazônico e demais linhas nacionais.

4.) os direitos desses antigos servidores da Panair serão respeitados tal como ocorreu quando da aquisição do Lóide Aéreo Nacional. A elas serão estendidos todos os benefícios que a VASP concede a seus atuais servidores;

5.) o recrutamento, como é óbvio, será feito entre os que desejarem vir para as fileiras da VASP;

6.) a VASP atribuiria ao Ministério da Aeronáutica o direito de indicar o titular ou titulares de sua diretoria de linhas internacionais, que então seria criada;

7.) com relação a equipamento de vôo, a VASP aceita quaisquer condições julgadas preferíveis pelo Ministério da Aeronáutica, podendo fazer uma das seguintes coisas:

a) comprar os DC-8 da Panair, em condições a serem estudadas sob a orientação e supervisão do Ministério da Aeronáutica. Dave-se acrescentar que a VASP recebeu proposta de arrendamento de aviões a jato.

b) comprar três ou mais aviões a jato, que poderiam ser Boeing ou VC-10. Já havendo entrado em entendimentos com os respectivos fabricantes;

c) adquirir outras aeronaves, a juiz da DAC.

A VASP está à disposição de V. Exa. para quaisquer esclarecimentos complementares. Solicita sua designação para, como instrumento do Governo brasileiro, dar cumprimento às cláusulas de reciprocidade constantes dos tratados bilaterais de transporte aéreo, vigentes entre o Brasil e outros Estados.

Para tanto, o Governo brasileiro poderia transferir-lhe as concessões da Panair do Brasil ou ratear todas as linhas internacionais entre as empresas que se candidatassem e preenchessem os requisitos necessários, na mesma razão em que elas fizessem linhas internas.

Dado o inconveniente de operarem duas empresas na mesma zona de influência, a distribuição seria feita de modo a eliminá-lo.

Consequentemente, evitar-se-ia a concorrência entre empresas nacionais, prestando ao país um serviço público do mesmo tipo.

Acreditando pois, ao mesmo tempo na integral legitimidade da pretensão da VASP e no espírito de justiça tantas vezes demonstrado por V. Exa., subscrevemos-nos.

São Paulo, 10 de março de 1965. — Atenciosamente,

Viação Aérea São Paulo S.A. — VASP — a) Hélio Tornaghi, Diretor-Presidente.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

DIVISÃO DE INTENDÊNCIA — DC-5

TOTAL DAS SUBVENÇÕES PAGAS ÀS EMPRESAS DE TRÂNSPORTE AÉREO, DURANTE O ANO DE 1960

EMPRESAS	Reequipamento	LINHAS Domésticas	LINHAS Internacionais	SOMA
Cruzeiro do Sul	66.740.267,90	638.151,00	9.340.992,00	76.719.410,90
Panair do Brasil	74.723.856,50	20.152.522,50	120.141.735,00	215.018.114,00
Varig	70.807.993,90	—	62.669.730,00	133.477.743,90
Aerovias Brasília	48.806.475,90	—	21.398.706,00	70.205.181,90
Paraense	6.295.431,10	—	—	6.295.431,10
Real	56.762.101,60	—	21.604.580,00	78.366.681,60
Nacional	26.846.206,40	—	172.080,00	27.018.286,40
Aero Norte Brasil	3.265.447,00	—	—	3.265.447,00
T. A. Catarinense	2.501.270,90	—	—	2.501.270,90
S. A. Viação Gaúcha	2.133.535,00	—	—	2.133.535,00
Lóide Aéreo	39.540.514,60	—	—	39.540.514,60
T. A. Bandeirante	4.775.913,40	—	—	4.775.913,40
Vasp	41.363.961,10	—	—	41.363.961,10
N. A. B.	961.670,00	—	—	961.670,00
Sadia	4.066.377,30	—	—	4.066.377,30
Aero Salvador	408.977,40	—	—	408.977,40
Total	450.000.000,00	20.790.673,50	235.327.843,00	706.118.516,50

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL

DIVISÃO DE INTENDÊNCIA — DC-5

TOTAL DAS SUBVENÇÕES PAGAS ÀS EMPRESAS DE TRÂNSPORTE AÉREO, DURANTE O ANO DE 1961

EMPRESAS	Reequipamento	LINHAS Domésticas	LINHAS Internacionais	SOMA
Cruzeiro do Sul	395.637.778,70	10.209,00	4.163.604,00	399.811.591,70
Panair	477.155.314,40	30.202.131,00	177.039.848,00	684.397.293,40
Varig	436.012.510,30	—	112.810.380,00	548.822.890,30
Aerovias Brasília	296.059.405,50	—	63.371.354,00	359.930.759,50
Real	362.892.211,90	—	2.182.080,00	365.074.291,90
Nacional	168.672.350,30	—	—	168.672.350,30
Vasp	286.411.755,80	2.566.282,00	—	288.978.007,80
Aero Norte Brasil	24.752.199,90	—	—	24.752.199,90
Salvador	2.538.160,90	—	—	2.538.160,90
Sadia	27.533.511,10	—	—	27.533.511,10
Catarinense	15.992.839,70	—	—	15.992.839,70
S. A. Viação Gaúcha	11.048.342,10	—	—	11.048.342,10
Lóide Aéreo	248.215.713,90	—	—	248.215.713,90
T. A. Bandeirante	28.583.650,50	—	—	28.583.650,50
N. A. B.	7.983.848,90	—	—	7.983.848,90
Paraense	35.510.408,10	—	—	35.510.408,10
Total	2.825.000.000,00	32.778.592,00	360.067.266,00	3.217.845.858,00

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

DIVISÃO DE INTENDÊNCIA-DC-5

Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o ano de 1962

Empresas	Reequipamento	Rede de Integração Nacional	Auxílio Especial de Emergência	Linhas Internacionais	Soma
Cruzeiro do Sul.....	CR\$ 665.754.846,00	CR\$ 379.585.128,00	534.516.000,00	CR\$ 60.274.968,00	CR\$ 1.640.130.942,00
Panair	744.092.899,00	340.942.740,00	898.872.000,00	572.373.456,00	2.556.281.096,00
Varig	686.184.414,00	259.571.232,00	874.080.000,00	591.291.432,00	2.411.127.078,00
Paraense	66.981.704,00	—	39.600.600,00	—	106.581.704,00
Real	1.314.845.806,00	569.361.240,00	833.612.000,00	281.472.144,00	3.024.291.190,00
Nacional	—	—	—	—	—
Sadia	47.767.829,00	69.555.180,00	33.536.000,00	—	150.659.009,00
Vasp	520.879.855,00	257.034.900,00	361.164.000,00	—	1.138.078.765,00
Lóide Aéreo	444.350.516,00	—	334.932.000,00	—	779.282.516,00
N.A.B.	13.313.318,00	—	64.884.000,00	—	78.197.318,00
T. A. Salvador.....	6.048.813,00	36.821.580,00	—	—	42.870.393,00
TOTAL	4.510.220.000,00	1.912.872.000,00	8.999.996.000,00	1.505.412.000,00	11.928.500.000,00

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965. — Rubem das Dores — Maj. Int., Chefe da 1-DC-5.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL
Divisão de Intendência — DC-5

Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o Ano de 1963

Empresas	Reequipamento	Rede de Integração Nacional	Auxílio Especial	Linhas Internacionais	Soma
			de Emergência		
Cruzeiro do Sul	602.184.792,00	376.519.700,90	786.000.000,00	63.000.000,00	1.817.704.492,90
Panair	445.934.101,00	296.772.432,30	1.452.000.000,00	570.000.000,00	2.764.706.533,30
Varig	967.567.644,00	734.509.446,00	2.544.000.000,00	867.000.000,00	5.113.077.090,00
Paraense	148.358.412,00	—	96.000.000,00	—	244.358.412,00
Vasp	983.571.417,00	303.316.607,30	1.020.000.500,00	—	2.306.888.024,30
Sadia	54.705.878,00	168.843.728,00	78.000.000,00	—	299.549.606,00
N. A. B.	7.677.756,00	—	24.000.000,00	—	31.677.756,00
Total	3.200.000.000,00	1.877.961.913,90	6.080.000.000,00	1.500.000.000,00	12.577.961.913,90

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965 — Rubem das Dores, Maj. Int., Chefe da 1-DC-5

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE AERONÁUTICA CIVIL
Divisão de Intendência — DC-5

Total das Subvenções pagas às Empresas de Transporte Aéreo, durante o Ano de 1964

Empresas	Reequipamento	Rede de Integração Nacional	Auxílio Especial	Linhas Internacionais	Soma
			de Emergência		
Cruzeiro do Sul	844.728.728,90	819.110.793,00	900.000.000,00	95.913.339,00	2.659.752.915,90
Panair	737.164.091,80	715.103.594,00	1.200.000.000,00	1.015.272.658,60	3.667.543.344,40
Paraense	156.284.014,20	—	200.000.000,00	—	356.284.014,20
Sadia	145.632.677,90	293.770.763,00	100.000.000,00	—	541.393.440,90
Varig	1.976.738.025,80	1.566.579.531,00	2.300.000.000,00	1.388.498.252,00	7.231.815.808,80
Vasp	1.639.462.461,40	602.836.218,00	1.300.000.000,00	—	3.542.298.679,40
Total	5.560.000.000,00	3.999.403.904,00	6.000.000.000,00	2.499.684.298,60	17.999.088.203,60

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1965 — Rubem das Dores, Maj. Int., Chefe da 1-DC-5.

Anexo "C"

Seguros Aeronáuticos — Prêmio de seguros pagos pelas Companhias de Aviação as Companhias de Seguros nos últimos cinco anos

Prêmios de seguros apurados pelo IRB em

	Cr\$	US\$	Líbra
1960	95.231.397	2.616.919.15	112.354-16-03
1961	148.668.817	3.842.280.26	117.635-10-06
1962	232.922.277	3.678.947.46	108.505-14-04
1963	497.460.473	4.507.085.71	130.294-17-04
1964	963.636.103	4.286.058.66	78.663-09-11

Relação das Companhias de Seguro que emitiram apólices de L.R.N.A.
Ramo Aeronáuticos

Em 1960:	Cruzeiro do Sul	Atlântica	Em 1963:	Atlântica
Excelsior	Boa Vista	Seguradora Brasileira	Excelsior	Excelsior
Atlântica	Internacional	Cruzeiro do Sul	Em 1964:	Atlântica
Seguradora Brasileira	Atlântica	Boa Vista	Seguradora Brasileira	Seguradora Brasileira

Em 1961:

Excelsior
Atlântica
Seguradora Brasileira
Cruzeiro do Sul
Boa Vista
Internacional

Em 1962:

Internacional
Atlântica
Seguradora Brasileira
Excelsior

Em 1963:

Atlântica
Excelsior
Seguradora Brasileira

Em 1964:

Atlântica
Seguradora Brasileira
Excelsior

Em 1965:

Atlântica
Seguradora Brasileira
Excelsior

COMPROMISSOS EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, DECORRENTES DE ADIANTAMENTOS E FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOBRESSALENTE E EQUIPAMENTOS E PARA PAGAMENTO DE PRÊMIOS DE SEGURO DE AERONAVES

Unidade Cr\$ 1.000

Empresas	1969	1970	1961	1962	1963	1964
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Varig	169.335	506.240	1.936.632	4.132.924	7.885.182	20.576.692
Vasp	202.475	331.299	721.530	1.178.663	3.224.499	5.517.785
Cruzeiro	230.894	325.133	276.003	1.742.256	2.593.759	8.326.026
Sadia	—	—	4.702	33.335	31.917	59.162
Paraense	—	21.080	2.338	87.247	82.616	184.528
Panair	—	911.566	2.090.896	3.526.463	7.633.048	28.943.784
Real	173.245	362.381	541.709	658.784	512.794	—
Nacional	165.937	203.360	193.224	72.347	—	—
Aerovias	244.997	303.253	534.402	1.032.912	1.149.226	261.488
Loide	144.484	233.093	391.346	827.712	684.318	—
Ranieriante	—	10.364	—	—	—	—
N. A. B.	9.177	57.825	3.583	—	—	—

ACIDENTES COM AERONAVES DA PARAENSE

DATA	LOCAL	AERONAVE TIPO MAT.	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
				MATERIAIS	PESSOAIS
06-01-59	Baía da Guanabara (RJ)	C-46 PP-BTG	Falha Pessoal - Erro do Piloto	Irrecuperável	Não houve
06-05-59	Belém (PA)	S-46 PP-BTA	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 3 tripulantes.
20-06-59	Pedro Afonso (GO)	C-46 PP-BTF	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
28-06-59	São Luiz (MA)	C-46 PP-BTH	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
08-07-59	Belém (PA)	C-46 PP-BTE	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
15-07-59	Babaçulandia	C-46 PT-BEE	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Irrecuperável	Falecimento dos pilotos, sofrendo ferimentos graves o rádio-telegrafista.
29-09-59	São Paulo (SP)	C-46 PP-BTE	Falha Pessoal - Erro do piloto - trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-08-60	Rio Jarú Rondônia	C-46 PP-BTJ	Indeterminada	Irrecuperável	Não houve
22-09-60	Belém (PA)	C-46 PP-BTF	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 6 tripulantes e 1 passageiro
21-02-61	Gleba Arinos (MT)	C-46 PP-BTE	Superfície de Aeródromo inconsistente	Avarias leves	1 tripulante e 1 passageiro com ferimentos leves
27-06-61	Pedro Afonso (GO)	C-46 PP-BTE	Falha pessoal - Erro do piloto - Freios	Irrecuperável	1 tripulante e 1 passageiro com ferimentos leves
03-08-62	Rio Branco (Acre)	C-46 PP-STP	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	2 tripulantes com ferimentos graves
04-03-63	Santos Dumont (RJ)	C-46 PP-BTO	Falha pessoal - Não observância ao executar os testes dos motores no solo	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA PARAENSE

DATA	LOCAL	AERONAVE TIPO MAT.	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
				MATERIAIS	PESSOAIS
13-01-64	Santa Maria das Barreiras (PA)	O-46 PP-BTL	Falha Pessoal - Determinar operação em pista não homologada	Avarias leves	Não houve
15-02-64	Fóto Velho - Rondônia	O-47 PP-BTU	Provável Falha Pessoal - Desorientação do piloto	Avarias leves	Não houve
04-04-64	Belém (PA)	O-46 PP-BTO	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Não houve
28-06-64	Santarém (PA)	DO-3 PP-BTU	Provável Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA SADIA

DATA	LOCAL	AERONAVE TIPO MAT.	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
				MATERIAIS	PESSOAIS
26-04-63	Em voo - São Paulo (SP)	O-46 PP-SLR	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Não Houve	Ferimentos numa pessoa fora da aeronave
04-08-63	Ibicaré/Pinheiro Preto (SP)	DO-3 PP-SLL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 tripulantes e 6 passageiros.
18-07-64	Penedo (AL)	DO-3 PP-ASQ	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
08-12-64	Cascavel (PR)	O-47 PP-AND	Falha Pessoal - Erro do Instrutor	Avarias graves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA REAL AEROVIAIS

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUENCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
26-01-59	Fortaleza (CE)	C-47	PP-ASK	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
27-04-59	Santos Dumont (GB)	C-47	PP-AVV	Falha Pessoal - Erro do piloto. Freios	Avarias leves	Não houve
30-08-59	Pinheiros (MA)	DC-3	PP-AVT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
18-06-59	Jacarézinho (PR)	DC-3	PP-YQA	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
29-07-59	Campo Grande (MT)	C-46	PP-AKF	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
27-08-59	Maringá (PR)	DC-3	PP-AVY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
30-11-59	- - -	DC-3	PP-YPO	- - -	Avarias leves	Não houve
27-12-59	Pau de Afonso (BA)	DC-3	PP-ANL	Falha Pessoal - Imprudência do pax em aproximar-se da aeronave com o motor funcionando	Não houve	Falecimento de 1 pax
15-01-60	Curitiba (PR)	CV-340	PP-YRG	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
25-02-60	Baía da Guanabara (GB)	DC-3	PP-EXD	Provável Falha Pessoal do piloto de aeronave NAVY nº 131582-DC-6	Irrecuperável	Falecimento de 11 trip. e 50 pax / ferimentos graves 5 pax.
10-03-60	Belo Horizonte (MG)	CV-340	PP-YRE	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
28-05-60	Vitória da Conquista (BA)	C-46	PP-NBP	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-06-60	Baía da Guanabara (GB)	CV-340	PP-YRB	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 5 trip. e 49 pax.
08-07-60	Uberlândia (MG)	DC-3	PP-YQB	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
07-12-60	Prax. Cachimbo (PA)	C-46	PP-AKF	Falha Material - Grupo moto-propulsor	Irrecuperável	Fale c. 3 trip.
24-12-60	São Paulo (SP)	C-47	PP-ANL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
04-01-61	Salvador (BA)	C-46	PP-ITC	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA REAL AEROVIAIS

29-01-61	Salvador (BA)	C-46	PP-ITJ	Falha Pessoal - Erro do Piloto	Avarias leves	Não houve
26-02-61	Campe Grande (MT)	C-46	PP-NBN	Falha Material - Grupo Moto-propulsor	Avarias leves	Não houve
19-03-61	Ponta Grossa (PR)	C-47	PP-YQS	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip.
07-07-61	Campo Largo (PR)	DC-3	PP-ZFT	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias graves	Não houve
06-09-61	Concordia (SC)	DC-3	PP-ANL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip.
13-09-61	Campinas (SP)	CV-440	PP-AGI	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
18-09-61	União da Vitória (PR)	DC-3	PP-AXL	Superfície inconsistente do asfódromo	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DO LARDE

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUENCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
19-02-59	Belo Horizonte (MG)	C-46	PP-LDJ	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
10-08-59	Santos Dumont (GB)	DC-4	PP-AXQ	Falha Pessoal - Erro do co-piloto - trem de pouso	Avarias leves	Não houve
24-01-62	Campo Grande (MT)	C-46	PP-BLE	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
05-06-62	Rio de Janeiro (RJ)	C-46	PP-LUP	Falha Pessoal - Solagem feita por elemento não habilitado	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA GAUCHA

01-03-60	Joinville (SC)	DC-3	PP-SAE	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
----------	----------------	------	--------	--------------------------------	---------------	-----------

ACIDENTES COM AERONAVES DA AERONORTE

03-03-62	Nanuque (MG)	DC-3	PP-YQN	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	2 trip. e 2 max o/ferimentos graves 10 pax f/leves
----------	--------------	------	--------	---	---------------	--

ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIO

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
28-05-59	Porto Alegre (RS)	L-1049	PP-VDE	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias leves	Não houve
08-10-59	Porto Alegre (RS)	DC-3	PP-VBF	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias graves	Piloto sofreu ferimentos graves
27-01-60	Londrina (PR)	DC-3	PP-VBO	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
24-08-60	São Borja (RS)	DC-3	PP-VBL	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
19-12-60	Santos Dumont (GS)	CV-240	PP-VCY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
18-12-60	São Paulo (SP)	C-46	PP-VCT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	3 trip. sofreram ferimentos leves
27-09-61	Brasília (BR)	Caravelle	PP-VJD	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	3 trip. sofreram ferimentos leves
12-12-61	Praia de Itaipú (RJ)	C-46	PP-VDM	Falha Material - Grupo Moto-propulsor	Irrecuperável	Não houve
03-01-62	Nossa Rá (RJ)	C-46	PP-NBP	Falha Pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	1 pax sofreu ferimentos graves, 4 trip. e 7 pax com ferimentos leves.
05-01-62	São Paulo (SP)	SE-210	PP-VJI	Falha Pessoal - Inprudência da vítima	Avarias leves	Falecimento de 1 pessoa fora da aeronave.
15-01-62	P. Prudente (SP)	C-46	PP-VCC	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
19-02-62	Boa Vista (GO)	CV-240	PP-VCP	Condições meteorológicas	Avarias leves	Não houve
08-03-62	Recife (PE)	C-46	PP-VBX	Falha Pessoal - Erro do piloto Freios	Avarias leves	Não houve
26-06-62	Brasília (BR)	DO-6B	PP-YSI	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIO (FLS.2)

08-10-62	Santos Dumont (GS)	Convair	PP-YRG	Falha Pessoal - Inspeção da pré-vôo executada por pessoa não habilitada	Avarias graves	Não houve
15-11-62	Belo Horizonte (MG)	DC-3	PP-VAZ	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
15-11-62	Carolina (MA)	C-46	PP-ITA	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias leves	Não houve
05-12-62	Carolina (MA)	DC-3	PP-AIW	Falha Pessoal - Erro do piloto - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
22-12-62	Brasília (BR)	CV-240	PP-VQZ	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento do piloto sofreram ferimentos 6 trip.
26-01-63	Brasília (BR)	CV-240	PP-VCR	Falha Pessoal - Deslocamento da aeronave por pessoa não habilitada	Avarias leves	Não houve
29-03-63	Belo Horizonte (MG)	DC-3	PP-VAN	Falha Pessoal - Erro do piloto - (PP-PDE)	Avarias leves	Não houve
10-04-63	P. Prudente (SP)	C-46	PP-NBP	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
03-05-63	Belo Horizonte (MG)	DC-3	PP-VAK	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
05-05-63	São Paulo (SP)	DC-6B	PP-YSI	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias leves	Não houve
08-06-63	Paraná (PR)	DC-3	PP-VCD	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
15-06-63	Goiânia (GO)	C-46	PP-VCA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
22-06-63	Brasília (BR)	C-46	PP-NBP	Falha Material - Porta da bagagem	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA VARIG

01-07-63	Passo Fundo (RS)	C-47	PP-VBV	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip., 7 pax e ferimentos em 2 pax.
09-07-63	Galeão (GB)	DC-6B	PP-YSN	Falha Pessoal - Instrutor em voo	Avarias leves	Não houve
19-09-63	Santos Dumont (GB)	Electra	PP-VJL	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
03-01-64	Santos Dumont (GB)	CV-240	PP-VCV	Falha Material - Bequilha	Avarias leves	Não houve
11-01-64	Porto Alegre (RS)	DC-3	PP-VAZ	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
21-02-64	Recife (PE)	C-46	PP-VBQ	Falha Pessoal (Provável) - Manutenção inadequada	Avarias graves	Não houve
29-07-64	Mossoró (RN)	C-46	PP-VCA	Falha Material - Pneus	Avarias leves	Não houve
15-09-64	Santos Dumont (GB)	C-46	PP-ITC	Falha Pessoal - Erro do tratorista	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA SALVADOR

DATA	LOCAL	AERONAVE		AUSENÇAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
23-09-59	Prox.Cuiabá (MT)	C-46	PP-ITI	Falha Material - Grupo motor-propulsor	Avarias leves	Não houve
04-01-60	Dianópolis (GO)	C-46	PP-SLJ	Superfície de aeródromo - Inconsistente	Avarias leves	Não houve
15-05-60	Bar.Vermelho (MT)	C-46	PP-ITH	Indeterminada	Avarias leves	1 pax. e 1 trip. c/ferimentos leves.

ACIDENTES COM AERONAVES DA VASP

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	MATERIAL	PESSOAL
		TIPO	MAT.			
31-03-59	Belo Horizonte (MG)	C-47	PP-SQA	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
06-05-59	Capão Bonito (SP)	Beech	PT-ANS	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio - Determinar missão em campo não homologado	Avarias leves	Não houve
18-06-59	São Paulo (SP)	DC-3	PP-SPY	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Avarias leves	Não houve
06-08-59	Paranavai (PR)	DO-3	PP-SPN	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
23-09-59	São Paulo (SP)	Scandia	PP-SQV	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 4 trip. e 16 pax
22-12-59	Ramos (GB)	VC-701	PP-SRG	Falha Pessoal - Erro de ambos os pilotos	Irrecuperável	Falecimento de 6 trip. 26 pax e 5 pessoas fora da aeronave
24-01-60	Cuiabá (MT)	C-47	PP-SQA	Falha Pessoal - Supervisão impropria de operações	Avarias leves	Não houve
15-08-60	Campinas (SP)	Scandia	PP-SQS	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
16-11-60	Goiânia (GO)	Scandia	PP-SQW	Condições meteorológicas - Chuva pesada	Avarias graves	Não houve
02-02-61	C.Mourão (PR)	DC-3	PP-SPO	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
29-04-61	Belo Horizonte (MG)	Viccount	PP-SRF	Falha Material - Indeterminada	Avarias leves	Não houve
26-11-62	Paraibuna (SP)	Scandia	PP-SRA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 6 trip. e 21 pax.
28-12-62	Galeão (GB)	Viccount	PP-SRE	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
11-03-63	Fosse (GO)	DC-3	PP-SQP	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
10-07-63	Belo Horizonte (MG)	VC-701	PP-SRQ	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
17-07-63	Belo Horizonte (MG)	VC-701	PP-SRP	Provável Falha Mater. - Freios	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA VASP

19-09-63	Santos Dumont (GB)	VC-701	PP-SRS	Provável Falha Material - Freios	Avarias leves	Não houve
23-01-64	Santos Dumont (GB)	DC-4	PP-LEZ	Falha Pessoal - Erro do instrutor	Avarias leves	Não houve
05-02-64	Londrina (PR)	DG-3	PP-SPY	Falha Pessoal - Erro do instrutor	Avarias leves	Não houve
08-03-64	Londrina (PR)	Scandia	PP-SQY	Falha Pessoal - Erro do instrutor	Avarias graves	Não houve
23-03-64	Cnritiba (PR)	VC-701	PP-SRP	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
26-03-64	Baía de Guanabara (GA)	C-46	PP-LDL	Falha Material - Fogo no alojamento do trem	Irrecuperável	Falecimento de 3 tripulantes
30-03-64	Salvador (BA)	VC-701	PP-SRS	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio - Presença de animal na pista	Avarias leves	Não houve
26-05-64	Ilhéus (BA)	C-46	PP-NAO	Provável Falha Material - Freio	Avarias leves	Não houve
27-05-64	Itapecerica (SP)	C-47	PP-SPZ	Indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 2 trip. e 1 pax.
16-06-64	Guaíra (PR)	DC-3	PP-SPO	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
16-06-64	Rio Capim (PA)	C-46	PP-NMF	Falha Material -	Irrecuperável	Falecimento de 1 trip. e 2 trip. c/ferimentos
21-06-64	Santarém (PA)	C-46	PP-NME	Falha Material - Trem da pouso	Avarias leves	Não houve
06-09-64	Nova Friburgo (RJ)	VC-701	PP-SRR	Colisão c/obstáculo localizado 35 km da rota por causa indeterminada	Irrecuperável	Falecimento de 9 tripulantes e 34 passageiros.

ACIDENTES COM AERONAVES DA ITAÚ

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
30-07-59	Corumbá (GO)	C-46	PP-ITB	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA PANAM

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
04-04-59	Recife (PE)	L-49	PP-PDC	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
19-06-59	Galeão (GB)	L-49	PP-PDQ	Falha pessoal - Erro do co-piloto	Avarias leves	Não houve
17-10-59	Lisboa	DO-7C	PP-PDL	IAA não encaminhado pelas autoridades portuguesas	Avarias leves	Não houve
12-01-60	Recife (PE)	L-49	PP-PCP	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
26-01-60	Caledão (GB)	DO-7	PP-PDM	Falha pessoal - Erro de tripulante (mechanico)	Avarias leves	Não houve
27-03-60	Paputanguera (AM)	CA-10	PP-PZ	Superfície hidroaerodromo não banhada	Avarias leves	Não houve
09-06-60	Caledão (GB)	L-49	PP-POR	Falha pessoal - Erro do piloto - Freios	Avarias leves	Não houve
19-06-60	Fernando Noronha	DC-7C	PP-PDN	Indeterminada	Avarias leves	Não houve
26-01-61	Belo Horizonte (MG)	L-49	PP-PDC	Falha pessoal - Erro da piloto	Avarias graves	Não houve
14-10-61	Belém (PA)	DC-7C	PP-PDL	Falha material - Fluido	Irrecuperável	Não houve
24-10-61	Parintins (AM)	CA-10	PP-PCY	Fogo a bordo e proveniente de carga não identificável	Irrecuperável	Piloto e 1 pax, sofreram ferimentos graves e 2 trip. ferimentos leves.
01-11-61	Recife (PE)	DO-7C	PP-PDO	Falha pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 7 trip. e 43 pax. Ferimentos graves em 17 pax. e 15 pax leves.
25-12-61	Manaus (AM)	PTK-5A	PP-PCW	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve.

ACIDENTES COM AERONAVES DA PANAM

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
21-01-62	Rio Branco (AC)	DC-3	PP-NAT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias graves	Não houve
28-02-62	Galeão (GB)	L-49	PP-PCB	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
05-04-62	Galeão (GB)	DO-70	PP-PDN	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
11-07-62	Galeão (GB)	L-49	PP-PCF	Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
20-08-62	Galeão (GB)	DO-8	PP-PDT	Descontinuação de decolagem por não ter aeronave "rodado" até a velocidade de 170 nós.	Irrecuperável	Padecimento de 1 trip. e 14 pax.; 7 trip. e 26 pax. com ferimentos.
05-11-62	Carajá (GB)	DO-70	PP-PDN	Falha Pessoal - Erro de instrução	Avarias leves	Não houve
11-12-62	Manaus (AM)	L-49	PP-PDE	Indeterminada	Irrecuperável	Padecimento de 6 trip. e 43 pax.
08-04-63	Galeão (GB)	DO-7	PP-PDM	Falha Pessoal - Provável erro do tripulante - Acionamento do trem de apoio	Avarias graves	Não houve
15-06-63	Salvador (BA)	Caravelle	PP-PDV	Falha Pessoal - Erro do pessoal de apoio	Avarias leves	Não houve
26-06-63	Galeão (GB)	L-49	PP-PDF	Falha Pessoal - Erro do tratorista	Avarias leves	Não houve
28-11-63	Galeão (GB)	DO-8	PP-PDG	Provável Falha Material - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve
11-04-64	Porto Velho (RO)	PBY-5A	PR-FOZ	Provável Falha Pessoal - Erro do instrutor	Irrecuperável	Ferimento leve em 1 pax.
17-12-64	Manaus (AM)	PBY-5A	PP-PCW	Falha Pessoal - Erro do mecânico	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA CRUZEIRO

DATA	LOCAL	AERONAVE		CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
		TIPO	MAT.		MATERIAIS	PESSOAIS
25-01-59	Fortaleza (CE)	Convair	PP-CDY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
05-04-59	Corumbá (MT)	DC-3	PP-CDO	Equipamento congelado - Instalação de Aeródromo	Avarias leves	Não houve
18-05-59	Campo Grande (MS)	CV-340	PP-CDW	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
22-01-60	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CFD	Falha Pessoal - Erro de tripulante. (Mecânico)	Avarias leves	Não houve
08-02-60	Vitória (ES)	CV-240	PP-CEU	Indeterminada	Avarias leves	Não houve
11-02-60	Santos Dumont (RJ)	DC-3	PP-CCW	Diversos - Forte deslocamento de ar	Avarias leves	Não houve
29-02-60	Corumbá (MT)	DO-3	PP-CDO	Condições meteorológicas	Avarias leves	Não houve
12-04-60	Pelotas (RS)	DC-3	PP-CDS	Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Padecimento dos pilotos, 8 passageiros, sofrendo ferimentos graves 1 pax.
26-08-60	Santos Dumont (RJ)	CV-340	PP-CDZ	Falha Pessoal - Erro do passageiro de apoio - Freios	Avarias leves	Não houve
05-10-60	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CDR	Diversos - Mudança brusca na direção do vento	Avarias leves	Não houve
06-03-61	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CFG	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
13-03-61	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CEU	Falha Pessoal - Erro do co-piloto - Trem de pouso	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA CRUZEIRO (FLS 2)

27-06-61	Santos Dumont (CB)	CV-	PP-CEA	Falha Pessoal - Imprudência da vítima	Não houve	Falecimento da pessoa fora da aeronave
09-07-61	Recife (PE)	CV-440	PP-CFE	Falha Material - Bomba Hidráulica - motor esquerdo	Av. leves	Não houve
13-07-61	Em voo S. Conçao (RJ)	CV-340	PP-CDZ	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Av. leves	Não houve
08-08-61	Salvador (BA)	DC-3	PP-CBU	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves.	Não houve
18-09-61	Santos Dumont (RJ)	CV-240	PP-CPZ	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve
09-09-62	Vitória (ES)	CV-240	PP-CEZ	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecup.	Falecimento dos 5 tripulantes e 20 passageiros, 2 passageiros com ferimentos graves.
24-07-62	Itabuna (BA)	DC-3	PP-CDH	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. Graves.	Não houve
25-07-62	Recife (PE)	C-82	PP-CEK	Falha Pessoal - Manutenção inadequada	Av. leves	Não houve
07-11-62	Santos Dumont (RJ)	Convair	PP-CEA	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve
15-01-63	Jabaquara (SP)	CV-340	PP-CEV	Falha Material	Irrecup.	Falecimento de 1 trip. e 15 pax. sofrendo ferimentos 3 trip e 27 pax.
22-01-63	Parnaíba (PI)	CV-340	PP-CDY	Condições meteorológicas	Av. graves	1 trip. e 1 pax sofreram ferimentos.
22-01-63	São Paulo (SP)	DC-3	PP-CDT	Falha Pessoal - Erro do piloto	Av. leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES CRUZEIRO

23-02-63	Salvador (BA)	CV-240	PP-CEY	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
03-03-63	São Paulo (SP)	CV-340	PP-CDB	Provável Falha Pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável	Falecimento de 8 trip. e 33 pax. Ferimentos em 1 trip. e 12 pax. e 4 fora da aeronave
09-03-63	C. Grando (MT)	CV-440	PP-CCR	Falha Pessoal - Erro do piloto	Avarias leves	Não houve
23-12-63	Teresina (PI)	T-11	PP-CDE	Provável Falha Pessoal - Erro dos pilotos	Avarias leves	Não houve

ACIDENTES COM AERONAVES DA NAB

DATA	LOCAL	AERONAVE TIPO MAT.	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	
				MATERIAIS	PESSOAIS
2-11-59	Ilha Barra (CB)	DC-3	PP-NAZ	Indeterminada	Irrecuperável
1-03-60	Manaus (AM)	C-46	PP-NAO	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves
03-05-60	Porto Belo	C-46	PP-NMD	Falha pessoal - Erro do piloto	Irrecuperável
18-08-60	Salo Horizonte	DC-3	PP-NAT	Falha material - Trem de pouso - freios	Avarias leves
7-12-60	Quiabá (MT)	C-46	PP-NMU	Falha pessoal - Erro do piloto	Avarias leves

Nota-se, Sr. Presidente, pela leitura dos dados oferecidos, o desejo de que a opinião pública conheça detalhadamente as razões que nortearam o governo e, especialmente, o Sr. Ministro da Aeronáutica para cassar as linhas da Panair do Brasil, suscitando, em consequência, o debate indissociável a respeito da matéria.

Espero que, em virtude de esclarecimentos prestados, as pessoas interessadas terão oportunidade de verificar a sua procedência ou não, indicando-me o que porventura lhes ocorra para esclarecimento definitivo daquilo que tanta celeuma provocou na opinião pública nacional.

Era o que tinha a diger. (Muito bem. Muito bem.)

COMISSÃO DE FINANÇAS17ª REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1965

As 17 horas do dia 1º de setembro de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador José Ermírio, presentes os Senadores Mem de Sá, Wilson Gonçalves, Sigefredo Pacheco, Aurélio Vianna, Attilio Fontana, Oscar Passos, Eugênio Barros e Adolfo Franco, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Walfrido Gurgel, Argemiro de Figueiredo, Pessoa de Queiroz, Antônio Jucá, Faria Tavares, Irineu Bornhausen e Lino de Mattos.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

— Pelo Senador Mem de Sá

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1965, que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 3.341, de 22 de novembro de 1954, que concede financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária Imobiliária do Clube Naval; e favorável às subemendas da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1965, que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, e dá outras providências.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados pela Comissão.

— Pelo Senador Sigefredo Pacheco

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1965, que abre pelo Ministério da Saúde, crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinados ao combate à malária.

ATAS DAS COMISSÕES

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

— Pelo Senador Wilson Gonçalves

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção de impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante aos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio; e

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, da 1965, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviço, o emprego de madeiras preservadas e dá outras provisões.

Os pareceres são aprovados pela Comissão, com votos vencidos dos Senadores Aurélio Vianna, Adolfo Franco e Oscar Passos, quando ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, e, quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965, a Senador Aurélio Vianna assina com restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo senhor Presidente.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVOREUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1965

As 17 horas, no Salão Nobre do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Ermírio, presentes os Senadores Mem de Sá, Aurélio Vianna, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves, José Guiomard e Daniel Krieger, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo.

Deixam de comparecer os Senhores Jefferson de Aguiar, João Agripino, Antônio Carlos e Lino de Mattos.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida, aprovada.

São relatados os seguintes projetos constantes da pauta:

— Pelo Senador Mem de Sá favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965, que concede, pelo prazo de dois anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, de melhoramentos dos postos e da renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos bancos estaduais, para uso próprio.

A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer.

— Pelo Senador Wilson Gonçalves favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 1965, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e dá outras providências.

O parecer é aprovado pela Comissão.

— Pelo Senador José Guiomard favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de lotamento para venda de terrenos em prestações.

A Comissão aprova o parecer.

O Senador José Ermírio, presidente, convida o Senador Mem de Sá a assumir a presidência e emite parecer favorável, com emenda supressiva, ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas e dá outras provisões.

O parecer é aprovado, unanimemente, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hu-

go Rodrigues Figueiredo, Secretário "ad-hoc", a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVILATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1965EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cíncos, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Sigefredo Pacheco, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Mello Braga, José Leite e Miguel Couto, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Victorino Freire, Silvestre Péricles, Padre Calazans, Aloysio de Carvalho e Aurelio Vianna.

E dispensada a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

Dando inicio aos trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Mello Braga a fim de, na qualidade de Relator, emitir parecer sobre a nica matéria constante da pauta.

Com a palavra o Senhor Senador Mello Braga dá parecer favorável sobre o Projeto de Lei da Câmara número 156, de 1965 (Projeto de Lei nº 4.759-B-62, na Casa de Origem), que "Transfere cargo do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, com o respectivo ocupante, Miguel Crua Silva, para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda".

Colocado o parecer em discussão e, em seguida, em votação é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

COMISSÕES PERMANENTESMESA

Presidente	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	Gilberto Marinho (PSU)
3º Secretário	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	Guido Mondin (PSD)
3º Suplente	Vasconcelos Fôrres (PTB)
4º Suplente	Raul Giubert (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIAPARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. Jose Guiomar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Júlio Fontene — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R. G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. Jose Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. Jose Ermírio — Pernambuco
4. Edmundo Levi — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Fôrres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix-Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIÃO DEMOCRATICO NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Paraíba	9. Alonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloisio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 3 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnem de Melo — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	23
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
	63
Sem legenda	1
	63

BLOCOS PARTIDÁRIOSBLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2	Senadores
PIN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo
Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder

Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder
Lino de Mattos (PTN)
Vice-Líderes
Aurélio Viana (PSB)
Júlio Leite (PR)

Josephat Marinho (sem legenda)
Aarão Steinbruch (MTR)
Miguel Couto (PSP)
Arnon de Mello (PDC)
Dilson Costa (PR)

PARTIDOSPARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder

Filinto Müller

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pachecó

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder

Mem de Sá

Vice-Líder

Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder

Miguel Couto

Vice-Líder

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder

Lino de Mattos

Vice-Líder

III - PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTEMOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante

Júlio Leite

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante

Aurélio Viana

UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder

Daniel Krieger

Vice-Líderes

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Heribaldo Vieira

TITULARESPSDSUPLENTES

1. José Leite

2. Atílio Fontana

PTB

1. Dix-Huit Rosado

2. Antônio Jucá

UDN

1. Daniel Krieger

2. João Agripino

BPI

1. Aurélio Viana

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

PSDSUPLENTES

1. Menezes Pimentel

2. José Feliciano

3. Filinto Müller

4. Benedito Valladares

TITULARESAntônio Belbino

Wilson Gonçalves

Ruy Carneiro

TITULARES
Edmundo Levi
Benedito Vieira
Arthur Virgílio

Afonso Arinos
Merivaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

Josaphat Marinho

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna
Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

Arthur Virgílio
Mello Braga

Eurico Rezende
Herivaldo Vieira

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Attilio Fontana
Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES

Attilio Fontana
José Feliciano
José Leite

José Ermírio
Nelson Maculan

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

Miguel Couto

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

Antônio Jucá
Arthur Virginio

Padre Calazans
Mem de Sá

Arnón de Mello

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

BPI

TITULARES
1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna
Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfredo Gurgel

PTB

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

BPI

1. Lino de Battos

Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Attilio Fontana
Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

TITULARES

Attilio Fontana
José Feliciano
José Leite

PTB

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

1. Zacharias de Assumpção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

TITULARES

Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel

PTB

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

BPI

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTES

1. Atílio Fontana
2. José Guiomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

UDN

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

PL

Mem de Sá

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTES

José Feliciano
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão
Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima
Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

PSD

SUPLENTES

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
Atílio Fontana
Eugenio Barroso

1. José Guiomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assumpção

BPI

Aarão Steinbruch

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal
Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Flinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino 1. José Cândido
Faria Tavares 2. Afonso Arinos

BPI

Josaphat Marinho 1. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

POLÍGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD

SUPLENTES

Ruy Carneiro 1. Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer 2. José Leite

PTB

Argemiro Figueiredo 1. José Ermírio
Dix-Huit Rosado 2. Antônio Jucá

UDN

João Agripino 1. Lopes da Costa
Heribaldo Vieira 2. Antônio Carlos

BPI

Aurélio Vianna 1. Dilton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD

SUPLENTES

TITULARES
Wilson Gonçalves 1. Walfredo Gurgel
José Guiomard 2. José Feliciano
Jefferson de Aguiar 3. Ruy Correia

PTB

José Ermírio 1. Mello Braga
Berzerra Neto 2. Edmundo Levi

UDN

João Agripino 1. Daniel Krieger
Antônio Carlos 2. Adolfo Franco

BPI

Lino de Matos 1. Aurélio Vianna

PL

Mem de Sá 1. Aloysio de Carvalho
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD

SUPLENTES

TITULARES
Walfredo Gurgel 1. Lobão da Silveira
Sebastião Archer 2. José Feliciano

PTB

Dix-Huit Rosado 1. Edmundo Levi

UDN

Antônio Carlos 1. Eurico Rezende

BPI

Josaphat Marinho 1. Dilton Costa
 Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD

SUPLENTES

TITULARES
Benedicto Valladares 1. Ruy Carneiro
Filinto Müller 2. Victorino Freire
Menezes Pimentel 3. Wilson Gonçalves
José Guiomard 4. José Leite

PTB

Pessoa de Queiroz
 Vivaldo Lima
 Oscar Passos

1. Nelson Maculan
 2. Antônio Jucá
 3. Mello Braga

UDN

Antônio Carlos
 José Cândido
 Rui Palmeira

1. Padre Calazans
 2. João Agripino
 3. Mem de Sá

BPI

Aarão Steinbruck

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: José Cândido

PSD

TITULARES
Sigefredo Pacheco 1. Walfredo Gurgel
Pedro Ludovico 2. Eugênio Barros

PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
 Vice-Presidente: José Guiomard

PSD

TITULARES
José Guiomard 1. Ruy Carneiro
Victorino Freire 2. Atílio Fontana

PTB

Oscar Passos
 Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
 2. José Ermírio

UDN

Zacarias de Assunção
 Irineu Bornhauser

1. Adolpho Franco
 2. Eurico Rezende

BPI

Aarão Steinbruck

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

PSD

TITULARES
Sigefredo Pacheco 1. José Feliciano
Victorino Freire 2. Filinto Müller

PTB

Mello Braga
 Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
 2. Dix-Huit Rosado

UDN

Padre Calazans
 Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
 2. Mem de Sá

BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa
 Vice-Presidente: Mello Braga

PSD

TITULARES
Eugenio Barros 1. Jefferson de Aguiar
José Leite 2. José Guiomard

Mello Braga

Lopes da Costa

Arnon de Mello

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PTB
1. Bezerra Neto
UDN
1. Irineu Bornhaugen
BPI
2. Josaphat Marinho

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

... vaga — PSD

Menezes Pimentel — Presidente

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN

Daniel Krieger — UDN

... vaga — PTB

Eurico Rezende — UDN

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — Relator — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — UDN

Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN

... vaga — PTB

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — Relator — PSD

... PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Argemiro de Figueiredo — PTB

Eurico Rezende (23.4.64) — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — Presidente — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Artur Virgilio — PTN

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Milton Campos — Relator — UDN

João Agripino — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

... vaga — PTB

Eurico Rezende — Presidente — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AO VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Péricles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Sem Legenda

João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

—

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Jose Feliciano — PSD — Relator.

Walfredo Gurgel — PSD.

Bezerra Neto — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Silvestre Péricles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — UDN.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Raul Gluberti — PSP.

Júlio Leite — PR — Presidente.

—

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.

Jose Feliciano — PSD — Vice-Presidente.

Walfredo Gurgel — PSD.

Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.

Bezerra Neto — PTB.

Silvestre Péricles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Júlio Leite — PR.

—

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembléias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.

Antônio Balbino — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Menezes Pimentel — PSD — Presidente.

Edmundo Levi — PTB.

Bezerra Neto — PTB — Relator.

Arthur Virgilio — PTB.

Oscar Passos — PTB.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — UDN — Vice-Presidente.

Eurico Rezende — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — BPI.

Aurélio Vianna — BPI.

Aarão Steinbruch — BPI

—

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Antônio Balbino — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Ruy Carneiro — PSD

José Feliciano — PSD

José Leite — PSD

Edmundo Levi — PTB

Bezerra Neto — PTB

Arthur Virgilio — PTB

Mello Braga — PTB

Afonso Arinos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Adolpho Franco — UDN

Josaphat Marinho — BPI

Júlio Leite — BPI